

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 10 DE JUNHO DE 2009

NÚMERO 6.048

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2048
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 047ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 09/06/2009.....2
Ata da 020ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 09/06/2009 13
Ata da 021ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 09/06/2009 14

Atos da Mesa

Atos da Presidência.....23
Atos da Mesa.....23

Publicações Diversas

Extratos.....24
Leis.....24
Mensagem Governamental.....26
Ofícios.....26
Projetos de realizada em Lei.....28
Projetos de Lei.....30
Projeto de Lei Complementar.....32
Resolução.....32

PLENÁRIO

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozinho - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Plínio de Castro - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do vereador João Grein, de Canoinhas, e da ex-deputada Luci Choinacki.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta a ex-deputada Luci Choinacki e o prefeito Nilso Bortolatto, de Cocal do Sul.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença do Movimento das Esposas e Familiares dos Praças de Santa Catarina.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Aborda sua viagem a Belém do Pará representando este Poder e a participação na comitiva da comissão de Finanças e Tributação; comenta a municipalização do ensino de educação infantil e de educação básica.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença de integrantes da Aprasc; refere-se ao pagamento da Lei n. 254; aborda o rodízio de suplentes da bancada do PT; reporta-se à crise mundial.

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Refere-se ao rodízio de suplentes do PT; comenta o problema da estiagem no sul do país.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Aborda o rodízio de suplentes do PT.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a decisão de desembargador sobre o sargento Luciano Luiz de Souza.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Refere-se à municipalização da educação infantil.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Aborda a municipalização do ensino infantil.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda homenagem feita pela Câmara de Vereadores de Otacílio Costa e o trabalho da administração municipal; elogia o prefeito de Braço do Norte; comenta os problemas enfrentados pelo produtor de leite; aborda a abertura do mercado de carne suína.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Araquari.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Refere-se ao terceiro mandato para o presidente Lula.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Critica terceiro mandato para o presidente Lula.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Aborda encontro, em Joinville, para discutir reciclagem de professores.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Saúda a ex-deputada Luci Choinacki; comenta o terceiro mandato do presidente Lula; refere-se ao rodízio de suplentes do PT.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Aborda projeto sobre poços artesianos no oeste do estado.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Refere-se aos 45 anos de existência da Furb.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a posse de Lúcia Helena Vieira como presidente nacional da Associação das Televisões e Rádios Legislativas.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Anchieta e de Santiago do Sul.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Rio Rufino.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha voto favorável à admissibilidade da MP n. 0153.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Aborda o PL n. 0009/2009, sobre ampliação de licença gestação.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Refere-se ao PL n. 0009/2009, sobre ampliação de licença gestação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao PL n. 0009/2009, sobre ampliação de licença gestação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita esclarecimentos sobre a votação do parecer ao PL n. 0036/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita esclarecimentos sobre a votação do parecer ao PL n. 0036/2008.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Refere-se ao PL n. 0009/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, quero registrar a presença do deputado estadual, meu amigo...

Deputados Pedro Uczai, Giancarlo Tomelin, Serafim Venzon, gostaria da atenção de v. exas. por trinta segundos.

Quero apresentar-lhes o deputado estadual Coffy Rodrigues, do nosso querido estado do Rio Grande do Sul, que nos visita neste momento e que vem aqui fazer um convite a todos nós, à Casa do Povo, para participar do Fórum Brasileiro de Ideias, que será discutido no Rio Grande do Sul, no dia 19 de junho de 2009, sexta-feira.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar com muita alegria a presença do vereador de Canoinhas, João Grein, do Partido dos Trabalhadores, que vem fazendo um grande trabalho como liderança da agricultura familiar e também do nosso partido naquele município.

Muito obrigado pela sua presença!

Também quero registrar a pre-

sença da grande líder, presidente do Partido dos Trabalhadores, sempre deputada Luci Choinacki. Agradeço a sua presença em nome da nossa bancada.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Também cumprimento a deputada Luci Choinacki.

Quero saudar aqui o prefeito Nilso Bortolato, de Cocal do Sul, que está participando dos trabalhos neste dia.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Também não poderia deixar de registrar a presença dessas valorosas mulheres do Movimento das Esposas e Familiares dos Praças de Santa Catarina, que vêm aqui, juntamente com este Parlamento, reivindicar o cumprimento da Lei n. 254.

Saúdo-as em nome da minha xará Ana Paula, e tive o prazer de trabalhar no município de Blumenau.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feitos os registros, com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, sras. taquígrafas, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, assomo à tribuna para fazer uma panorâmica dessas duas semanas em que estive ausente deste Poder.

Estive representando o Poder Legislativo de Santa Catarina no estado de Belém do Pará, juntamente com os deputados, Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Renato Hinnig e outros deputados que nos acompanharam, e participamos do Congresso Internacional da União Nacional dos Legislativos Estaduais, onde eu levei uma proposta para servir de modelo para todo o Brasil, a Cartilha dos Direitos do Paciente, com seus 33 artigos. Hoje, no estado de Santa Catarina essa cartilha é uma realidade, graças a uma lei de autoria desta deputada, com a participação de todos os colegas deputados. E nesse congresso nós expusemos esse modelo, que foi aderido por muitos srs. deputados de outros estados.

Eu quero agradecer o apoio que encontrei neste Poder Legislativo, do sr. presidente, deputado Jorginho Mello, da Mesa que está muito bem composta e de todos os colegas. Procurei representar o nosso estado da melhor maneira possível.

Na semana passada, estive acompanhando a comitiva de deputados da nossa comissão de Finanças e Tributação. Também os deputados Plínio de Castro, Marcos Vieira, Pedro Uczai, José Natal,

Sargento Amauri Soares, Moacir Sopelsa, Jailson Lima, o ex-prefeito de Rio do Sul, as deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima e muitos outros colegas deputados estavam presentes nas audiências públicas, e todos muito participativos.

Então, pudemos ouvir a população.

E é muito importante sairmos de Florianópolis, deputada Ada De Luca, irmos até a comunidade, ouvirmos a população, as lideranças, seus anseios, aquilo que para eles é prioridade.

Quando estive na cidade de Caçador, onde lecionei por 17 anos, deputado Elizeu Mattos, pude rever ex-alunos, hoje fortes lideranças que atuam dentro das secretarias Regionais, e também ex-colegas professores. A temperatura em Chapecó estava mais ou menos seis graus abaixo de zero.

Srs. deputados, nós viajamos no domingo, após o almoço, e na segunda-feira estávamos em São Miguel d'Oeste, onde pudemos ouvir as lideranças que apresentaram as suas prioridades. Não foi possível realizar a audiência pública na cidade de Maravilha às 14h, porque havia falecido um ex-prefeito do município, mas em seguida nos deslocamos.

Na terça-feira, estivemos numa audiência pública em Chapecó. Na quarta-feira houve reunião em Joaçaba. Na quinta-feira, eu estava em Caçador juntamente com meus colegas e pudemos ouvir as prioridades da população.

Em Caçador, a população pediu a terraplanagem e a pavimentação do trecho Timbó Grande à SC-135; do trecho Matos Costa à SC-153. Também lecionei no município de Matos Costa durante seis anos, como alfabetizadora. Outra prioridade solicitada foi a construção do contorno viário do Rio das Antas, SC-135.

As prioridades em Videira foram: terraplanagem e pavimentação do trecho Salto Veloso/Hercílioópolis; terraplanagem e pavimentação do trecho Iomerê, Bom Sucesso, Treze Tilias e o alargamento da pista do aeroporto de Videira. Estou pedindo à s.exa, o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, que instale em todas as Regionais em que estivemos uma delegacia da mulher para a proteção da mulher, da criança e do adolescente.

Srs. deputados, fiquei ausente durante duas semanas da Assembleia Legislativa, porque eu estava em Belém do Pará buscando mais experiências para Santa Catarina e levando aos outros estados propostas catarinenses e também estive, com os meus colegas parlamentares, circulando nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado, onde levei minha assessoria para anotar as solicitações a fim de atender melhor a população.

Ainda quero salientar um assunto de suma importância, sr. presidente. Nós sabemos que foi aprovada na comissão de Constituição e Justiça a municipalização do ensino de educação infantil e de educação básica. E quero deixar bem claro, sr. presidente e srs. deputados, que não sou a favor de tirar duas horas da hora/atividade dos professores.

Faço um apelo ao relator do projeto no sentido de que dê mais uma análise no mesmo, porque v.exas terão, aqui,

um osso duro de roer. Essa deputada defende os professores, defende o ensino. Muito bem que o ensino irá para os municípios, mas deverá haver um acordo entre a prefeitura e o governo do estado para que esses professores estaduais lotados no estado não sejam jogados numa biblioteca ou até mesmo venham perder os seus direitos de regência de classe. Voltarei com este tema em outra oportunidade, porque eles estarão perdendo aproximadamente R\$ 500,00, que fará falta para eles.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, registro a presença das professoras do Centro de Educação Infantil Vivendo e Aprendendo.

Obrigado por suas presenças e pela participação.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital.

Quero, também, registrar a presença dos sempre lutadores da Aprasc, das mulheres que estão na luta em favor da segurança pública e em favor desses trabalhadores tão importantes para Santa Catarina.

Registro ainda que hoje, pela manhã, apresentamos um requerimento na comissão de Segurança Pública, para discutirmos a decisão do STF que faz perder a eficácia os arts. 11 e 12 da Lei n. 254, e, segundo dados, todos os trabalhadores da Segurança Pública de Santa Catarina perderiam até 30% dos seus vencimentos, dos seus salários nos próximos dias.

Nós queremos fazer uma reunião da comissão de Serviços Públicos com relação a esse tema, convocando o secretário de Segurança e um conjunto de lideranças para discutir nossa preocupação com essa categoria e fazer os devidos encaminhamentos sobre essa questão, que preocupa bastante o nosso estado, da perda salarial dos nossos trabalhadores da Segurança Pública. Então, a comissão de Serviços Públicos estará debatendo esse tema nos próximos dias.

Quero também registrar que o nosso partido, e temos a presença da nossa presidente Luci Choinacki, tomou uma decisão importante. A partir de amanhã estaremos aqui encaminhando o rodízio dos suplentes da nossa bancada, dos seis deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores. A primeira suplência pertence à nossa liderança do PC do B, Ângela Albino, que estará assumindo amanhã no lugar da deputada Ana Paula Lima que estará se licenciando por um período de 60 dias. Também o deputado Padre Pedro Baldissera estará se licenciando para assumir um suplente. A deputada Ângela Albino e o deputado Serafim, de Criciúma, estarão tomando posse no dia de amanhã.

Queremos parabenizar os companheiros e companheiras que estão chegando. Com essa iniciativa importante, estamos dando espaço para as lideranças que contribuíram com a eleição dos parlamentares da nossa bancada e com a composição que o nosso partido fez, quando

teve como candidato a governador o nosso líder José Fritsch e como candidata ao senado a nossa líder Luci Choinacki, que neste momento nos dá a honra da sua presença.

Estamos acompanhando os números, os dados, e o momento que o nosso país vive é de muita seriedade. O nosso presidente Lula e o ministro Guido Mantega hoje pela manhã anunciaram a redução do preço do óleo diesel em 9,6%, o que com certeza para os nossos caminhoneiros e para toda a população terá um impacto importante.

O Brasil com certeza vive essa nova fase gerando emprego, se desenvolvendo, mesmo passando por um momento difícil que outros países do mundo também passam, com o grande impacto da crise. Países ricos perderam 4% do PIB nesse último período. Os Estados Unidos perdem de 500 a 600 mil empregos por mês. O mundo, os países ricos foram e estão sendo extremamente afetados por essa crise mundial.

No Brasil não é diferente. Também temos aí os impactos dessa crise, mas precisamos registrar, deputado Plínio de Castro, que o Brasil começou a enfrentar a crise não de agora; esse enfrentamento começou em 2003, quando o governo Lula passou a investir no salário do trabalhador, desonerando medicamentos, materiais de construção, a alimentação do povo brasileiro.

Por outro lado, com o aumento do salário acima da inflação, já temos uma recuperação em torno de 70% no salário do trabalhador brasileiro. E também definimos convidar o FMI para sair do Brasil, ou seja, então, o governo brasileiro começou a enfrentar essa crise há muito tempo.

Agora, praticamente criamos 12 milhões de novos empregos com carteira assinada nesse período, o que significa poder aquisitivo da população com qualidade; ainda não é o que precisamos, mas estamos recuperando.

Não usamos o mesmo remédio que usavam os governos passados - privatizações das nossas empresas públicas, achatamento do salário dos trabalhadores, desemprego -, quando aconteciam crises pequenas em outros países que afetavam o Brasil. Inclusive, muitos queriam neste último período reduzir salários, cortar investimentos do governo. Mas o governo Lula fez justamente o contrário, investiu em políticas sociais, não privatizou os nossos bancos públicos.

Por isso, os bancos continuam investindo. Essa é a grande diferença de outros países, inclusive os que privatizaram suas empresas públicas e seus bancos. O Brasil tem essa outra política que vem desenvolvendo. Inclusive, em 2006, o Brasil já fez e preparou um grande enfrentamento para essa crise com o PAC, um programa jamais visto, com investimentos de 503 bilhões em infraestrutura no nosso país. Isso vem gerando emprego, desenvolvimento e vem mudando a realidade brasileira.

Por isso tudo o Brasil está hoje nessa situação, reconhecido no mundo todo. E existem muitos países querendo se espelhar, buscar experiência no Brasil, para

saber por que o nosso país não está sendo afetado profundamente, como outros países, com essa crise internacional.

Então, com certeza depois da queda do muro do leste europeu, 20 anos depois, o Partido dos Trabalhadores, o governo Lula, junto com os partidos aliados, traz uma nova experiência para o mundo de como pode se governar, pensar em uma política diferenciada e justamente construir de fato um país mais justo, mais solidário.

Temos grandes reformas pela frente, reforma política, tributária, do estado, mas isso tudo vamos enfrentar aos poucos. Esse é o nosso grande desafio para que de fato esse projeto que estamos construindo possa ter continuidade em 2010, com a eleição de uma liderança - hoje a nossa grande líder Dilma Rousseff é a nossa pré-candidata ao governo -, para também poder reeleger esse projeto e dar continuidade a tantas transformações que viemos fazendo no Brasil.

Precisamos continuar encaminhando políticas importantes como na última semana, quando tivemos a aprovação pelo Senado da inclusão de no mínimo 30% da merenda escolar ser comprada direto da agricultura familiar, a inclusão do ensino médio e do ensino profissionalizante no direito à alimentação, inclusive, o transporte escolar dos nossos jovens do interior, que nunca era pago pelo União, agora passa a ser pago.

Então, políticas como essas estão chegando à população, ao povo que precisa, e estão fazendo a diferença, pois estão dando condições de vida cada vez melhor para o povo.

Também as nossas universidades públicas em Curitiba, Araranguá, Joinville, Chapecó, estão fazendo a grande diferença.

Então, estamos muito animados... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, antes de passarmos para o horário dos Partidos Políticos, conforme entendimento de lideranças desta Casa, assinado por todos os líderes, de acordo com o que preceitua o art. 65 do Regimento Interno, terá a palavra por até dez minutos o representante da categoria dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal, na pessoa do engenheiro Sigfrido Francisco Carlos Graziano Junior.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na verdade gostaria de aproveitar para fazer alguns registros. De uma forma mais objetiva, trago presente que a bancada do Partido dos Trabalhadores iniciará o rodízio oportunizando aos nossos suplentes das últimas eleições, no contexto estadual e nacional,

assumir, em pouco espaço de tempo, o nosso Parlamento.

O PT historicamente tem feito sempre a defesa nesse sentido. Até me lembro, em alguns momentos, o próprio presidente Lula, no exercício do seu mandato federal, e depois também, dentro do próprio partido, discutir e levantar a importância de oportunizar àqueles e àquelas que contribuíram no processo eleitoral de exercerem a função.

Às vezes, até não se percebe que se fica simplesmente na questão eleitoral e não se traz presente as inúmeras experiências diferentes, de pessoas diferentes, com qualidades diferentes, de regiões diferentes, ou seja, esquecemos de nos dar a oportunidade de essas pessoas também fazerem seus debates em nível de região.

Então, nesse sentido, estaremos, no dia de amanhã, dando início, dentro da nossa bancada, a esse rodízio; os seis deputados oportunizarão, durante o ano de 2009, a seis suplentes assumirem o Poder Legislativo. E dentro da nossa bancada de suplentes dois, deputado Pedro Uczai, tiveram a felicidade de serem eleitos prefeitos municipais, o João Girardi, em Concórdia, e o Paulo Eccel, ex-deputado estadual, em Brusque. Além disso, temos dois vereadores, Mariano e Marquinhos, do município de Joinville. Nesse sentido, não poderão exercer a função de deputado até para exercer a de prefeito ou vereador. Assim, se oportuniza a suplentes que também nos ajudaram para que nós tivéssemos assento neste Parlamento.

Então, a deputada Ana Paula Lima e eu vamos dar início amanhã a esse rodízio. Somos dois deputados reeleitos, já estivemos aqui por quatro anos e iniciamos um novo período de quatro anos. Portanto, nós dois estaremos saindo juntos, a deputada Ana Paula Lima e eu, no dia de amanhã, cedendo as nossas vagas por 60 dias à nossa suplente Ângela Albino, que concorreu à prefeitura de Florianópolis, e ao ex-deputado José Paulo Serafim, nosso ex-colega da última composição na Assembleia Legislativa. E logo em seguida será a vez do deputado Pedro Uczai, que já passou pelo Parlamento e estará também se licenciando por 60 dias.

Então, iniciamos por nós que já tivemos assento aqui dentro e que agora estaremos oportunizando às novas pessoas se enturmarem com a bancada e com a Assembleia Legislativa.

Portanto, acredito que é de grande importância isso, aqui já demonstrado, deputado Kennedy Nunes, por outras bancadas, a bancada de v.exa., que já vem fazendo há um bom tempo essa bonita e importante experiência de oportunizar àqueles que nos ajudaram a ter assento na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Ouço v.exa., deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Padre Pedro Baldissera, só quero parabenizar v.exa. e a bancada por ter feito também isso. Hoje temos aqui a companhia do deputado Plínio de Castro, que é da

região de Chapecó e que estará nestes próximos 60 dias fazendo a substituição do nosso líder da bancada, deputado Sílvio Dreveck. Eu também já saí para que entrasse o deputado Ivan Naatz, de Blumenau. Essa ação é muito positiva não só para o fortalecimento da bancada, ou do partido, mas principalmente para valorizar as regiões.

Como amanhã não estarei aqui, porque estarei em missão fora da Casa, quero deixar o meu abraço a v.exa., à deputada Ana Paula, que ficarão dois meses fora da Casa. Tenho certeza de que v.exas. poderão trabalhar bem mais.

Então, desejo ao deputado Serafim e principalmente à deputada que está entrando, Ângela Albino, o mais profundo voto de sucesso nesta Casa e que possa ser para o bem não só de realização pessoal ou partidária, mas também que possa ser para o bem de Santa Catarina.

Parabéns a eles que ingressarão nesta Casa, neste tempo, e parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

V.Exa. tem vivenciado na prática a experiência. E como tem dito, de fato nós vamos intensificar ainda mais o nosso contato, a nossa relação com a nossa base. Com certeza, sentiremos a ausência de s.exas., não temos dúvida nenhuma, porque isso vai criando laços dentro da bancada, com as diferentes bancadas, enfim, com o Parlamento todo, porque aqui está parte da vida, da história e da caminhada da gente.

Sem dúvida nenhuma vai ser uma experiência extremamente positiva e importante para a bancada, de fortalecimento do partido e ao mesmo tempo também de fortalecimento da Assembleia Legislativa enquanto instituição. Não resta dúvida nenhuma de que é o espaço democrático e participativo; portanto, não temos dúvida disso.

Desejamos, então, tanto à Ângela Albino como ao José Paulo Serafim uma grande e importante convivência dentro deste Parlamento e que eles possam daqui sair fortalecidos no seu trabalho e na sua volta às bases.

Por fim, sr. presidente, gostaria de registrar aqui que estive acompanhando por vários momentos durante este tempo todo importantes mobilizações, realizadas de maneira muito especial, do oeste do estado de Santa Catarina, que dizem respeito às questões da estiagem, que têm de uma forma ou de outra prejudicado vários setores da agricultura familiar, da agricultura camponesa.

Nesse sentido, estou encaminhando no dia de hoje, por isso estou aqui pedindo o aval, o amparo de todos os deputados, uma moção ao governo federal, no sentido de dar agilidade na questão do que toca à normatização das medidas que foram tomadas com relação aos investimentos de recursos dos diferentes ministérios para atender às necessidades dos nossos agricultores da região sul do nosso país, porque existe uma morosidade, que está criando angústias fortes dos nossos agricultores e agricultoras do sul do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está destinado ao PDT.

Consulto o deputado Sargento Amauri Soares se houve acordo com o deputado Kennedy Nunes para que ele use a palavra em primeiro lugar.

(O sr. deputado Sargento Amauri Soares aquiesce.)

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, do PP, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha, catarinenses que estão nesta Casa, colegas de imprensa, eu queria falar, na tarde de hoje, em nome da bancada, sobre os nossos últimos trabalhos do Orçamento Regionalizado nas audiências públicas, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que também participou.

Nós, na segunda-feira passada, tivemos uma audiência pública em São Miguel d'Oeste; depois em Chapecó; a de Maravilha foi cancelada porque houve uma tragédia, o ex-prefeito se enforcou; posteriormente viemos para Joaçaba, Caçador e, por último, em Rio do Sul.

Eu estou nesta Casa desde fevereiro de 2007 e já é a terceira vez que participo das audiências públicas para fazer cumprir uma lei feita pelo então deputado estadual e hoje prefeito de Joinville Carlito Merss, que impõe a necessidade de ouvir nas bases a composição do Orçamento Regionalizado. Em 2007 eu ouvi, deputado José Cardozinho, que no ano anterior haviam orçado e não havia saído. Mas como eu estava entrando nesta Casa não imaginava que isso era uma prática.

Em 2008, deputado Adherbal Deba Cabral, quando voltei a participar das audiências públicas, eu também ouvi a reclamação de que os deputados, e aí eu já me incluo, estiveram, no ano anterior, em 2007, tratando do Orçamento e até então não havia acontecido nada.

E agora, por fazer parte da comissão de Finanças, tive a necessidade de participar novamente da terceira rodada, do terceiro Orçamento que nós estamos planejando. E a nossa bancada fez o levantamento porque começamos a ouvir o discurso de que o que era orçado não era praticado, deputado Sargento Amauri Soares. Então, ao fazermos esse levantamento do que foi orçado de 2007 para 2008 e do que foi orçado de 2008 para 2009, vimos que apenas 30% tinham sido empenhados, deputado Plínio de Castro, de todos esses anos.

Já no ano passado, quando começamos a ouvir esse tipo de reclamação, a nossa bancada, a bancada do Partido Progressista, fez um projeto de lei de emenda constitucional, uma PEC, com relação ao Orçamento Regionalizado, deputado Genésio Goulart, aquele que nós fomos lá à região de Tubarão e ouvimos. E a Regional de Tubarão tem a possibilidade de colocar só três prioridades, a Regional de Itajaí, a Regional de Joinville. Ou seja, cada uma das 36 Regionais tem condições de colocar apenas três prioridades.

O que nós queremos é que essas prioridades elencadas no Orçamento geral possam ser impositivas, porque daí nós, deputados, não vamos fazer que a lei seja somente cumprida lá na Regional, para que a comunidade seja ouvida, dando oportunidade às entidades de discutirem com os prefeitos, com os vereadores, com as entidades vivas e organizadas! Nós, no ano que vem, ao chegarmos lá para fazermos a próxima peça orçamentária, teremos a certeza de que o governo aplicou aquilo que foi decidido. Não adianta fazermos a lei e despendermos tempo e dinheiro para ouvir o prefeito, o vereador dizer que quer aquela outra ação para o bem da região e no ano que vem chegarmos lá de novo, deputado Moacir Sopelsa, e não vermos nada acontecer ou pouco acontecer. Aí fica complicado.

E as pregações que fizemos durante essas audiências públicas - e na semana que vem serão realizadas as audiências da região litorânea e de Lages - começaram a criar corpo. O que em São Miguel d'Oeste foi só uma fala solitária, em Chapecó começou a criar corpo; em Joaçaba criou mais corpo ainda, e quando chegou a Caçador o próprio secretário de Curitiba cobrou muito que não adiantava passar por lá se o governo do estado não aplicasse o Orçamento. E, para minha alegria, chego em Rio do Sul e a própria bancada governista, através do deputado Jean Kuhlmann, do DEM, e do deputado Rogério Mendonça, do PMDB, começa a dizer e a incorporar o nosso discurso, deputado Plínio de Castro, da necessidade de se ter alguma ferramenta para obrigar o governo do estado a aplicar grande parte daquilo que foi decidido, senão é balela!

Srs. deputados, se não houver um percentual do dinheiro de investimento do Orçamento do estado, se não houver a obrigatoriedade de dizer que esse valor vai ser aplicado, de nada isso adianta. É claro que eu sei o que é uma peça orçamentária. Não é uma peça financeira, é óbvio! Mas, então, que diga isso e não crie expectativa nos municípios em que são feitas as audiências públicas!

É o que está sendo feito, por exemplo, nas secretarias Regionais. Os prefeitos vão às reuniões dos conselhos, conseguem aprovar na ata alguma obra e saem faceiros da vida. Voltam para os seus municípios e dizem que já aprovaram na ata da secretaria Regional e agora o governo vai fazer. E daí? Para que serve a aprovação na ata de uma obra se o governo não tem a responsabilidade de fazer?!

Eu estou trazendo este assunto aqui para nós, deste Parlamento, começarmos a pensar sobre isso. Porque de que adianta nós, deputados, irmos às regiões, despendermos o tempo das pessoas que estão lá para falar sério das questões relativas à sua comunidade, compilarmos tudo numa peça orçamentária bonita, deputado Cesar Souza Júnior, para o prefeito de uma determinada região dizer que conseguiu aprovar a melhoria na SC, no esgoto sanitário, depois trazermos para cá para aprovarmos e no outro ano, ao irmos até lá, constatarmos que nada daquilo que foi tratado aqui foi feito?

Mas aí eles dizem que o Orçamento não pode ser impositivo, porque

depende da receita do estado, depende do que vai entrar. Há uma diferença entre o Orçamento e a peça financeira. É óbvio! Mas nós precisamos aperfeiçoar. E o que a nossa bancada quer, deputado Plínio de Castro, é aperfeiçoar essa ideia brilhante do governo e desta Casa de Leis de conversar com a comunidade e trazer as suas necessidades para cá, a fim de serem garantidas no Orçamento.

É preciso fazer isso de alguma forma. Nós entramos com uma PEC, mas, infelizmente, ela está há quase um ano na gaveta do deputado Marcos Vieira. Eu imagino que agora ele, como presidente da comissão de Finanças e Tributação, que passou por todas as regiões, por toda Santa Catarina ouvindo esse discurso, sinta necessidade de dar agilidade a esse processo, para nós começarmos a falar seriamente sobre esse assunto. Senão será mais uma enganação em que nós, deputados, colocamos a nossa cara. Foi o deputado Moacir Sopelsa que foi lá no oeste! Foi o deputado Sargento Amauri Soares que apareceu lá. Foi o deputado Plínio de Castro que falou em Chapecó. Foi este deputado e o deputado José Natal que estiveram lá presentes. Fomos nós que estivemos lá e dissemos para os prefeitos e vereadores que o que eles queriam nós iríamos aprovar. E agora, no ano que vem, vamos voltar lá, deputado Ismael dos Santos, e ouvir de novo o que o governo não fez.

Então, nós queremos que esse assunto venha novamente à discussão, para criarmos ferramentas que obriguem o governo do estado a realizar, empenhar e executar aquilo que foi orçado nessas nossas audiências públicas.

Por isso eu peço a aprovação de todos os srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de cumprimentar o prefeito de Ararutã Jackson Luiz Patzlaff, desejando-lhe boas-vindas a esta Casa.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAL, pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os nossos irmãos de farda, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros aqui presentes, companheiros do movimento das esposas e familiares de praças que estão aqui na Assembleia Legislativa, na Casa que dizem ser do povo catarinense, nós temos hoje, enfim, uma boa notícia para pronunciarmos nesta tribuna, que é a decisão do desembargador Luiz Fernando Boller, publicada ontem, que concede liminar ao sargento Luciano Luiz de Souza, nosso companheiro aqui presente, que havia sido excluído e expulso das fileiras da Polícia Militar. Ontem, por decisão liminar do referido desembargador, ele está de volta aos quadros da nossa instituição de segurança pública.

(Manifestações das galerias)

Srs. deputados, eu vou ler aqui o trecho do despacho do desembargador:

(Passa a ler.)

"Concedo a almejada antecipação da tutela recursal determinando a imediata reincorporação de Luciano Luiz de Souza às fileiras da Polícia Militar de Santa Catarina, restabelecida a sua patente e proventos."

Esse é o trecho, portanto, do despacho do desembargador Luiz Fernando Boller diante da ação encaminhada pela assessoria jurídica da Aprasc.

É evidente que essa decisão alega toda a nossa gente, todo o contingente de milhares de trabalhadores da Segurança Pública em Santa Catarina, assim como milhares de familiares, de esposas e de amigos de policiais e bombeiros de Santa Catarina. É possível inclusive que essa decisão alegre até a quem tenha partido dos setores da cúpula da instituição que não concordavam com essa decisão de excluir o sargento Souza, assim como não concordo com a exclusão de vários outros companheiros que alguns pretendem excluir.

O sargento Souza, companheiro aqui presente, é um policial militar honesto, assim como honestos são todos os outros que estão no Conselho de Disciplina ou que estão respondendo à inquirição realizada por parte da cúpula de setores da Polícia Militar.

Seria uma injustiça se não houvesse essa decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por enquanto uma decisão liminar de um desembargador que temos certo que se tornará plena nos próximos meses, para que efetivamente possamos ter a garantia de que em Santa Catarina existe um estado democrático de direito, que aqui no nosso estado aqueles que estão há quase quatro anos com salários congelados possam dizer que a situação não é boa, possam se organizar, possam se reunir, possam se manifestar, independente da condição funcional que desempenham.

Esse, portanto, é o grande anseio de um contingente de 17 mil trabalhadores da Segurança Pública, dos militares estaduais. É o anseio também de toda a nossa gente da Segurança Pública, de todos os familiares, de todas as esposas, muitas das quais aqui estão presentes. E nós queremos agradecer a cada uma e a cada um de vocês a presença nesta Casa.

Houve resistência a esses seis meses de amarguras, de torturas psicológicas permanentes, de imposições arbitrárias e decisões de comando que não estão baseadas nos princípios constitucionais da República Federativa do Brasil, que não encontram eco nos princípios universais do direito, como a proibição de sair da cidade sem autorização prévia, como a proibição de usar esta camiseta, enquanto que muitas outras situações vergonhosas ocorrem no interior das instituições e aqueles que deveriam ver não as veem.

Quem lutou e quem está lutando é gente honesta, que fala o que quer e tem o direito de falar o que quer. É tão somente isso que nós...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e todos aqueles que aqui estão presentes, o que me traz à tribuna neste dia é um assunto que merece a nossa atenção, ou seja, o serviço público da educação infantil.

Nós estamos relatando, neste momento, na comissão de Constituição e Justiça, o projeto que municipaliza as unidades de educação infantil de 0 a 6 anos de idade que ainda permaneçam sob o controle do estado. Esse projeto de lei enviado pelo governo do estado à secretaria da Educação objetiva concluir o processo de municipalização, para adequar o estado de Santa Catarina à Constituição Federal que estabelece ser o ensino infantil de 0 a 6 anos atribuição do município. Mas é uma questão que temos de olhar com muito cuidado, pois a pressão sobre as prefeituras neste momento é brutal.

A educação infantil sofreu um grande choque de demanda nos últimos anos, principalmente por conta da modificação da situação da mulher, que antes podia se dar ao luxo, vamos dizer assim, de cuidar do filho durante aquele ano do seu nascimento, pois ela anos atrás não estava tão inserida no mercado de trabalho como está hoje, existindo, assim, de maneira mais forte, a figura da dona-de-casa, e também por causa da situação econômica atual. Hoje, pai e mãe trabalham e contribuem para a manutenção do lar e ninguém pode mais se dar ao luxo de parar de trabalhar um ano, pois poderá faltar dinheiro inclusive para manter o seu filho. Quando os filhos nascem, as necessidades aumentam e por isso não se pode parar de trabalhar.

As prefeituras estão, neste momento, solidárias com o problema e o governo federal ainda não acordou de fato para a necessidade que o Brasil tem de um choque na educação infantil, lembrando que entre 0 e 4 anos de idade todas as formações neurais da criança, a capacidade de aprender, de evoluir são formadas nessa tenra idade. E se houver uma educação deficiente, se houver falta de atenção, se houver subalimentação a criança poderá ganhar um déficit de aprendizagem que vai perdurar por toda a sua vida, irrecuperável ao passar esse prazo, esse período.

Portanto, srs. deputados, esta Casa também, e eu venho defendendo isso, precisa estar atenta. O governo do estado transfere constitucional e voluntariamente, como manda a Constituição, mas falta termos um plano nacional de apoio ao prefeito. É muito fácil colocar na lei que isso compete à prefeitura, sem que haja a condição e a mais justa repartição do ônus que é para uma administração municipal absolver na integralidade.

O governo do estado faz um projeto que é meritório, mas a nosso ver, como relator (iremos apresentar o relatório na

próxima semana) merece dois reparos fundamentais. O primeiro deles é a questão da hora do professor. Há muito tempo o professor do ensino infantil em Santa Catarina ganhou a condição de ter seis horas cuidando do aluno e duas horas de curso, capacitação e leitura.

O atual projeto prevê o retorno das oito horas seguidas de aula. Então, precisamos, deputado José Natal, rever isso e dar ao professor a possibilidade de ele ter duas horas por dia para se aprimorar.

Por fim, uma questão que me chocou é que algumas administrações municipais que estão assumindo a educação infantil, deputado José Natal, estão retirando o direito do professor de colocar o seu filho na unidade de educação infantil onde leciona.

Há pouco recebi o relato de uma professora que me disse o seguinte: "Cesar, eu vou para lá cuidar do filho dos outros e não consigo registrar o meu filho de 2 anos de idade na creche. Ele fica em casa sendo cuidado pela minha mãe."

Então, são dois reparos que precisam ser feitos para não termos depósitos de crianças e sim unidades educacionais que de fato formem o cidadão do futuro.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O SR. Deputado José Natal - Nobre deputado, esta é uma questão que preocupa todos nós.

Há municípios que já aderiram, como v.exa. colocou, mas na questão da adesão há também a questão funcional. O funcionário do estado que optar ir para o município poderá ir e aquele que não quiser optar ficará no estado. Mas isso não está bem definido! Também tem que ser visto no projeto, porque tem gente que está sendo prejudicada nesse processo, e principalmente os municípios não têm o espaço suficiente para a demanda necessária como v.exa colocou.

Então, quanto a passar para os municípios, para alguns foi feita uma proposta financeira pelo secretário Paulo Bauer, que é nosso companheiro. E os municípios que tinham espaço aceitaram logo de imediato, mas outros não aceitaram. E está na Casa para regulamentar.

Então, a minha preocupação é: será que os municípios vão colocar o número suficiente de vagas disponíveis? Porque existe uma demanda muito grande no mercado. E quanto à questão funcional de todos os professores, de quem opta, de quem não opta, como ficará a sua carreira? É essa a minha preocupação e quero me engajar na luta. Estou acompanhando para que não se cometa injustiças.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado José Natal.

Então precisamos, sim, perseguir o caminho da municipalização; ele é legal, constitucional e é o mais adequado do ponto de vista administrativo. Mas o professor da educação infantil não pode perder prerrogativas, não pode perder conquistas e tem que ter o direito de pelo menos, onde ele atua, poder matricular o seu filho, pois é uma questão de justiça.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Vou procurar dividir, sr. presidente, deputado Gelson Merisio.

Srs. deputados e sras. deputadas, quero hoje fazer aqui com justiça, deputado Elizeu Mattos, um agradecimento e cumprimentar a Câmara de Vereadores de Otacílio Costa. Na quinta-feira, deputado Elizeu Mattos - v.exa. que é deputado por aquela região, e eu tenho lá alguns poucos votos -, aquela Câmara de Vereadores, juntamente com a secretaria do Meio Ambiente e a secretaria da Educação, fez uma homenagem aos funcionários da secretaria do Meio Ambiente entregando a eles um reconhecimento pelo trabalho que fazem na questão ambiental daquela cidade.

Há que se deixar registrada aqui a importância e o que mudou a cidade de Otacílio Costa nos últimos nove anos, nos últimos oito anos, primeiro, com o prefeito Altamir José Paes e, agora, com o prefeito Denilson Luiz Padilha.

A cidade está um cartão de visita, com o embelezamento, a limpeza, aquilo que a administração atual faz em defesa do meio ambiente, da conservação das ruas, das avenidas daquela cidade. Por isso, quero deixar aqui os meus cumprimentos, os meus parabéns, os meus agradecimentos por ter participado, deputado Serafim Venzon, desse evento na Câmara de Vereadores de Otacílio Costa.

Também quero registrar e cumprimentar o prefeito de Braço do Norte, onde estive participando da Feagro, uma exposição que mostra o potencial da agropecuária da região sul do estado de Santa Catarina, especialmente daquela região de Braço do Norte. O prefeito Edson mais uma vez promoveu um grande evento, onde foi mostrada a qualidade, o potencial, a genética que tem o rebanho bovino de leite daquela região e daquele município.

O prefeito não é do meu partido, ele é do Partido Progressista. Mas precisamos registrar que é um prefeito vinculado com as ações da agricultura, como foi o nosso secretário de estado, deputado Serafim Venzon, que é do seu partido na Regional de Braço do Norte, que participou, através do governo do estado, da secretaria Regional de Braço do Norte, desse evento, junto com a Associação de Produtores de Bovinos de Leite, a Associação de Produtores de Suínos e também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura.

Por isso, quero deixar registrado, nesta Casa, os meus cumprimentos ao prefeito pelo evento e pela demonstração do potencial, do desenvolvimento daquela região e daquele município.

Outro assunto que quero trazer, hoje, à tribuna desta Casa é com relação, deputado Sargento Amauri Soares, à minha função principal, à minha vinculação principal com a agricultura. Quero deixar registrado aqui que às vezes não compreendo o prefeito Jackson Luiz Patzlaff - v.exa. que é de um município essencialmente agrícola, o município de Arabutã -, porque parece que a agricultura é proibida de ganhar dinheiro.

Nós tivemos agora nos últimos dias um aumento no preço do leite para o produtor de R\$ 0,06. Ou seja, a média paga para o produtor no oeste de Santa Catarina por um litro de leite é de R\$ 0,62. Enquanto que a média paga pelo consumidor nos mercados na região de Concórdia e Chapecó é de R\$ 2,20. Portanto, R\$ 0,62 é o que ganha o produtor e R\$ 2,20 o que paga o consumidor. E já ouvimos dizer que o leite aumentou 25% nos últimos 30 dias, mas para o produtor aumentou de R\$ 0,56 para R\$ 0,62. Apenas R\$ 0,06 por litro, num momento em que o produtor até então pagava para produzir o produto que deveria estar na mesa de todo cidadão, na mesa de todos os consumidores, porque é gênero de primeira necessidade na alimentação de qualquer pessoa, de qualquer ser humano.

Também quero comemorar a abertura, mais uma vez, do mercado de Santa Catarina, do mercado de carne suína para exportarmos, principalmente para a Rússia. Ficamos durante quase três anos impedidos de exportar para a Rússia não pela falta de qualidade, não pela falta de sanidade, não pela primazia que tem o produto produzido de carne suína em Santa Catarina, mas, sim, porque entenderam que não deveriam comprar carne suína de Santa Catarina. Isso fez com que nesses últimos dois anos o nosso produtor amargasse, tendo prejuízo, produzindo com prejuízo, não conseguindo cobrir o custo de produção, não conseguindo cobrir aquilo que ele gasta para produzir um quilo de suíno. Vendendo mais barato ou por menos do que aquilo que ele paga para produzir um quilo de carne.

Tive a informação, hoje, pela manhã, do presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, de que o suíno em São Paulo, deputado Plínio de Castro, já passou dos R\$ 2,60 o quilo. Enquanto que em Santa Catarina ainda vemos o nosso produtor do sistema integrado vendendo o quilo do suíno por R\$ 1,60. Mas também me deixa espantado por que R\$ 2,60 de uma semana para outra. O que foi que movimentou?

Foi apenas dizer que tínhamos o mercado internacional ou especialmente o mercado da Rússia aberto para podermos ter esse aumento no preço? Ainda vivemos num mercado de oferta e procura, deputado Ismael dos Santos, mas às vezes é difícil compreender por que o mercado segura o achatamento dos preços. Realmente, de um momento para outro houve abertura, sim, mas não vimos ainda o embarque de carne suína para a Rússia ou para outro país.

Quero acreditar que não só o mercado da Rússia, como disse o governador Luiz Henrique da Silveira, mas que possamos ter outros mercados abertos para as carnes brasileiras, especialmente para nós de Santa Catarina, com a abertura do mercado da venda de carne suína, porque é uma das atividades que tem na economia do nosso estado uma força muito grande, principalmente no oeste, onde estão instaladas as maiores indústrias do gênero de carnes do nosso país.

Quero crer que conseguimos, deputado Plínio de Castro, sair do fosso, sair do fundo do poço para começarmos a recompensar esse produtor, que vive com sacrifício, que foi penalizado e que com a

fibra que sempre teve e tem suportou mais esses dois anos pagando para produzir.

Entendo que o mercado internacional deverá se abrir, que o mercado brasileiro deverá ter uma melhoria, e eu espero que possamos agora, com a mudança do clima, pois a carne suína é mais consumida no inverno, ter melhores condições para que o nosso produtor possa recuperar aquilo que perdeu durante esses últimos dois anos. Aliás, a agricultura brasileira ainda não tem uma política de segurança, uma política de garantia de preço, porque ainda vivemos conforme o mercado, conforme a oferta, conforme a procura, ou seja, em determinada ocasião temos preços baixos que não pagam o custo de produção; e às vezes, quando o nosso produtor não tem a mercadoria para oferecer, os preços se elevam, podendo, aí sim, ser uma atividade lucrativa.

Eu disse aqui outro dia, deputado Pedro Uczai, que vejo a grande imprensa ainda mostrando a produção de suínos, a produção de leite especialmente, em cima de lixões, duas atividades que têm no campo muita higiene, muita qualidade, pois a suinocultura que vai para as indústrias, que vai para as gôndolas de supermercados, é uma suinocultura que vem de propriedades com tecnicidade, de propriedades sanitariamente controladas e com toda qualidade.

A mesma coisa acontece com o leite. Não vemos mostrarem a higiene que se tem hoje e os equipamentos que se tem para tirar leite de uma vaca. O que mostram ainda é uma vaca embaixo de uma árvore, amarrada em uma corda, e o produtor tirando o leite com as mãos. E isso deixa imagens ruins para o nosso produto. Por isso, precisamos conscientizar a grande mídia para que mostre a realidade da produção agrícola do estado de Santa Catarina.

É a mesma coisa quando a grande imprensa não anuncia mais um caso de gripe do vírus A ou sei lá o quê, a imprensa fala em mais um caso de gripe suína. Ora, isso depõe mal, depõe contra os nossos produtores. Então, precisamos, e não me calarei, conscientizar a grande imprensa para mostrar a realidade da produção agrícola do estado de Santa Catarina, que vai ao encontro do nosso produtor e que também garante e dá proteção para aqueles que irão consumir os produtos criados, produzidos na agricultura.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero deixar esse registro de que a agricultura de Santa Catarina, principalmente a nossa pecuária de leite, a nossa produção de suínos, a nossa produção de aves, dão ao estado de Santa Catarina o primeiro lugar em produção de suínos, o segundo lugar em produção de aves e o quinto lugar em produção de leite. Então, que possamos dar a esses produtores o reconhecimento; que eles possam ter na sua atividade dignidade e que possam continuar oferecendo para a população brasileira produtos de qualidade, produtos com sanidade, produtos com higiene e produtos que possam atender de fato aquilo que quer o nosso consumidor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Cardozinho - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença do prefeito de Araquari, sr. João Pedro Woitexem, do seu vice-prefeito Paulino Sergio Travasso e do vereador de quinto mandato, Jamico, e acompanhando s.exas. está o empresário Paulo.

Quero deixar registradas as suas presenças neste Poder, na data de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra, por até nove minutos, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, sras. e srs. que nos acompanham através da TVAL, da Rádio AleSC Digital, sras. e srs. aqui presentes no plenário do Parlamento catarinense, deputado Serafim Venzon, líder do nosso partido aqui, na Assembleia Legislativa, quero tratar na tarde de hoje da possibilidade real e próxima de um terceiro mandato para o presidente da República.

Parece piada, parece brincadeira, parece devaneio, parece elucubração, mas é verdade. Há uma PEC, um projeto de emenda constitucional, que poderá possibilitar que o atual presidente da República possa renovar o seu mandato. Temos uma democracia, deputado Ismael dos Santos, conquistada a duras penas, uma democracia que foi forjada pelo povo em aço, ferro e fogo. E o PT quer do dia para noite transformar num ato casuístico a democracia brasileira, como se a democracia fosse algo suscetível a esse tipo de discussão. Ou, deputado Plínio de Castro, talvez o PT queira, através dessa ação dissimulada, tentar tirar o foco da CPI da Petrobras.

Eu já disse, ontem, deputado José Natal, que o presidente da República começa a querer influenciar o Senado como se não fôssemos Casas autônomas e capazes de resolver os nossos próprios destinos. O que aparece para a população, o que começa a soar, é a manutenção do *status quo*, talvez seja isso, deputado José Natal, que estão querendo e não um terceiro mandato, mas a manutenção das estruturas do poder e do aparelhamento da máquina pública feita pela atual administração federal.

Quando eu li que um deputado federal de Santa Catarina disse que deveria ser até por indefinidas vezes a prorrogação do mandato, deputado Cesar Souza Júnior, soou-me à ditadura. E imagino se fosse um tucano, um democrata ou um peemedebista que tivesse a ideia de dar um terceiro mandato para um dos membros do nosso partido, com certeza o PT estaria nas ruas, gritando, fazendo arruaças, coisas que certamente nós não vamos fazer. Até porque acredito no próprio presidente que já tem dito a eles que o terceiro mandato é algo inadmissível.

Deputado Marcos Vieira, eu vou ler para v.exa. três manchetes: "Hipótese do

terceiro mandato de Lula divide eleitorado"; "Dilma diz que projeto do governo pode continuar e que não tem terceiro mandato para a mesma pessoa"; "Serra e Aécio criticam antecipação da campanha e dizem que terceiro mandato não vai prosperar"; "Gilmar Mendes diz que 3º mandato é incompatível com a democracia."

"Ministro da Defesa diz que terceiro mandato é pseudotema." Pseudotema! Então, eu fico perplexo e acho que posturas desse tipo, de pessoas assinando propostas como essa, enfraquecem o Parlamento, fazem com que nós, homens públicos, tenhamos menos credibilidade, já tão desgastada junto ao eleitorado.

O Sr. Deputado José Natal - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço com muita alegria o deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Quero dizer, deputado Giancarlo Tomelin, que, do PMDB, quem quer o terceiro mandato para o Lula talvez sejam aqueles que nem sabem o que é a sigla PMDB, como a imprensa nacional mostrou no passado. Eu acredito nesse tipo de coisa. O PMDB tem um monte de loucos, mas não são todos. Certo?

Quanto à questão da CPI da Petrobras, o presidente Lula está botando o dedo, sim, e quer ele nomear, o que o PSDB não aceita. Este país não pode vivenciar esse escândalo! A classe política desgastada jamais pode aceitar que a Câmara Federal parta para uma manobra para dar realmente ao PT um terceiro mandato, coisa que eles tanto criticaram no passado.

Mas como este governo desde o começo vive de manobras, nós, peessedebistas social democratas, temos que estar ligados.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - É capaz até, deputado José Natal, de o Lula daqui a pouco dizer que não sabe de nada. Dizer que não sabe que há uma PEC no Congresso Nacional.

Vou ler um texto, deputado Pedro Uczai, de Aristóteles que diz assim: "Se a liberdade e a igualdade são essenciais à democracia, elas só podem existir em sua plenitude se todos os cidadãos tiverem a perfeita igualdade política."

O que estão fazendo em um país com tantas dificuldades, que precisa avançar, onde o atual presidente herdou fundamentos econômicos com solidez; políticas públicas, um ministério da Saúde forte; um ministério da Educação estruturado, e querem agora trazer um tema como esse para nos diminuir? Nós, homens públicos, não podemos nos calar!

Mas eu tenho fé e creio no presidente Lula, que fez bons avanços para o Brasil. Ele não vai permitir o afã de alguns para fazer com que o seu *status quo*, a sua posição atual, o aparelhamento da máquina pública seja mantido por mais quatro anos. A democracia é uma corrida de revezamentos. A democracia é participativa e pressupõe que eu seja tão bom ou tão ruim quanto você. A democracia pressupõe que outro presidente da República possa, sim, ser presidente. E se for do mesmo partido ora instalado, que bom! Mas quem vai decidir isso é o povo, quem vai decidir isso é

a urna e não a atitude de alguns e de poucos que querem ter as suas cotas pessoais, as suas regalias, as suas mordomias e colocando em xeque o aparelhamento da máquina pública, e talvez até enfim a democracia.

Que Hugo Chaves permaneça no seu país, que não venha para cá contaminar a democracia brasileira e que possamos continuar a ter aquilo que é essencial, ou seja, liberdade, participação, democracia e respeito profundo à Constituição Federal da República do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só quero comunicar e levar ao conhecimento de todos a reunião que aconteceu ontem à noite em Joinville, com autoridades do estado: governador, vice-governador, secretário da Educação e todos os diretores de escolas do estado. Estavam lá, mais ou menos, 1.500 pessoas, no centeventos em Joinville, abrindo o ciclo de debates, de palestras entre diretores para se reciclarem e oferecer um trabalho de melhor qualidade aos alunos da escola pública de Santa Catarina.

Foi um evento realmente sem precedentes. Por isso não poderíamos deixar de registrar que contamos com a presença do nosso grande líder, vice-governador Leonel Pavan, do deputado Marcos Vieira, do deputado Darci de Matos, de deputados federais, da senadora Ideli Salvatti, naturalmente capitaneados pelo governador do estado e também pelo secretário da Educação. Foi um evento que deixa marcada a intenção deste governo de dar mais qualidade...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero cumprimentar os nossos colegas deputados, a deputada Ada de Luca.

Faço uma saudação especial à sempre deputada, hoje presidente do Partido dos Trabalhadores, deputada Luci Choinacki, que se faz presente nesse plenário.

Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital. Faço um cumprimento especial aos funcionários da Caixa Econômica Federal que hoje fizeram aqui uma justa reivindicação, deputado Pedro Uczai. Mas tenham certeza de que foi graças ao governo do presidente Lula que a Caixa não foi privatizada, assim como o Banco do Brasil e outras estatais que estavam na lista do sr. Fernando Henrique Cardoso.

Quero dizer também que democracia se faz, deputado Pedro Uczai e

deputada Luci Choinacki, dando oportunidade para as pessoas discutirem. O Congresso Nacional tem que discutir essas coisas, como não discutiu também a reforma política, como não discutiu também a questão dos vereadores do Brasil. Os deputados federais precisam, sim, ter coragem de assumir um posicionamento, e não ser, deputada, apenas figuras representativas. Precisam ter posicionamento, sim.

O presidente Lula, srs. parlamentares e sra. deputada, é uma unanimidade nacional. Com a alta mostrada na pesquisa, o povo brasileiro, sim, quer o terceiro mandato, quem decide é o povo brasileiro. E hoje eles querem, sim, o terceiro mandato.

Agora, não podemos concordar é que o PSDB, sabendo que o governo está maravilhoso, fique com essa dor de cotovelo. Mas nós entendemos a preocupação deles, porque saíram de um governo que deixou o Brasil em estado de miséria. Herdamos, sim, dívidas, privatizações, várias coisas ruins, mas, graças a um operário presidente, o Brasil foi colocado nos trilhos. Por isso, nós damos parabéns ao presidente Lula.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero dizer da minha alegria de assomar à tribuna hoje, pois a bancada do Partido dos Trabalhadores começa a realizar, num momento histórico, a partir de amanhã, dia 10 de junho, uma política de rodízio dos mandatos.

O objetivo é propiciar que os seis primeiros também eleitos deputados suplentes possam assumir o mandato pelo período de dois meses. Com essa decisão política, pretende-se valorizar a luta, o trabalho, a militância de companheiros e de companheiras que ajudaram a construir o nosso espaço no Parlamento. Sendo assim, seis parlamentares do PT irão se licenciar, de forma alternada, de seus mandatos para que outros também possam assumir.

Como o nosso líder Dirceu Dresch já declarou, o rodízio é uma forma que o Partido dos Trabalhadores encontrou de reconhecer a importância de todos para a eleição da atual bancada que aqui se encontra.

No início do rodízio, a partir de amanhã, eu e o deputado Padre Pedro Baldissera vamos nos afastar temporariamente para a posse da sra. Ângela Albino, e faço um cumprimento ao presidente do PCdoB, sr. Paladini, e também ao sr. José Paulo Serafim. E, por 60 dias, estaremos licenciando-nos do mandato para que a ex-vereadora e também ex-candidata à prefeitura de Florianópolis, sra. Ângela Albino, possa assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Será uma oportunidade para dar visibilidade, deputada Ada De Luca, à ação de mais uma mulher no cenário político, ainda tão masculino."

Deputada Ada De Luca, nós, mulheres, somos maioria no estado de Santa Catarina, nos colégios e nas universidades, mas no momento de decisões do poder somos poucas. Por isso, fico feliz em ceder o espaço que ocupo aqui, durante esse período, para a Ângela Albino assumir.

Tenho plena confiança de que irá representar, com muita categoria, com

muita firmeza, os homens e as mulheres catarinenses. Mas a questão do gênero, principalmente para nós, deputada Ada De Luca, é fundamental, porque a nossa missão também é fazer com que mais mulheres possam participar desse processo eleitoral.

(Continua lendo.)

"Temos defendido, reiteradamente, que cada vez mais mulheres exerçam o direito de construir políticas públicas dando a sua contribuição para a construção de uma nova sociedade. Então, fico muito tranqüila e confiante que a deputada Ângela Albino corresponderá, ao ocupar este espaço na Assembleia, pois, como nós, certamente, dará voz aos movimentos sociais.

E o deputado Padre Pedro Baldissera se afasta para a posse do companheiro José Paulo Serafim, brilhante deputado da região sul do estado de Santa Catarina, do município de Criciúma, sempre na luta pelos trabalhadores, que estará também assumindo a partir de amanhã.

Ainda devem assumir até o final deste ano os deputados: Vânio dos Santos, Dionei Silva, Cirio Vandresen e Wilson Vieira, conhecido como Dentinho, todos do Partido dos Trabalhadores.

Essa licença, srs. deputados, sra. deputada, público que está-nos acompanhando, no entanto, não caracteriza que iremos cessar nosso trabalho, deputada Ada De Luca, ou ficar distante das lutas que temos empreendido, por exemplo, pela reconstrução dos municípios atingidos pela catástrofe ocorrida no ano passado. O governo federal cumpriu todos os compromissos na liberação dos recursos.

Precisamos garantir que os recursos federais sejam bem empregados e que o olhar do governo estadual e dos prefeitos esteja focado nas pessoas, nas famílias, nos homens e nas mulheres que com seus filhos sofreram e ainda sofrem com a tragédia do último mês de novembro. É para eles que trabalhamos e vamos continuar trabalhando!

Vamos aproveitar este momento para estarmos ainda mais próximos das necessidades de nossa população que ainda sofre nos abrigos, infelizmente, na cidade de Blumenau, na incerteza de poderem voltar para as suas casas.

Portanto, esse tempo será precioso para estarmos ainda mais próximo das bases, na nossa região, promovendo reuniões e debates com diversos setores para fortalecer lutas, como: o combate à violência contra a mulher, crianças e idosos, à exploração sexual de crianças e adolescentes; o fim das discriminações contra as minorias, como os negros e os homossexuais.

No nosso retorno, em agosto, traremos mais subsídios para o debate sobre a valorização dos trabalhadores da Saúde, da Educação, da Segurança Pública em Santa Catarina. Também daremos continuidade ao trabalho que temos realizado na presidência da comissão de Garantias e Direitos Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, onde também a deputada Ângela Albino se fará presente, assim como na comissão de Saúde e na comissão do Mercosul.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ao recebermos a deputada

estadual Ângela Albino, destaco que se trata de uma companheira que hoje é reconhecida através da sua atuação na Câmara de Vereadores da Capital e também na campanha municipal quando foi candidata à prefeita na última eleição.

Além da competência individual da deputada Ângela Albino, o Partido dos Trabalhadores presta também uma homenagem ao PCdoB, partido que ao longo da história tem estado ao lado do Partido dos Trabalhadores na luta pelos direitos dos trabalhadores no nosso país.

Esse é um fato histórico para o PCdoB que há muito tempo, há muitos anos vem esperando um lugar nesta Casa. Pela primeira vez o PCdoB assumirá um assento na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e tenho certeza de que este momento vai ficar marcado efetivamente, uma vez que assume uma mulher comunista nesta Casa.

Fico feliz de fazer parte deste momento histórico, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, ao oportunizar que uma mulher assumira esta cadeira no Legislativo e principalmente do PCdoB, que é um partido aliado do Partido dos Trabalhadores."

Nesses 60 dias, podem ter certeza, estarei trabalhando muito na nossa região e em todo o estado de Santa Catarina, sempre elevando o nome do Parlamento catarinense e, principalmente, falando a todos os catarinenses do bom trabalho que esta Casa realiza. Estarei recompondo as energias para voltar em agosto a fim de realizar, sim, as reivindicações da nossa comunidade, e na certeza, sr. presidente, da competência da outra mulher que assumirá a nossa cadeira aqui na Assembleia Legislativa e da competência também do deputado José Paulo Serafim que estará assumindo na data de amanhã.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Deputado Jorginho Mello, quero levantar um assunto aqui que interessa a v.exa., ao vice-presidente da Casa também, a nós e a muitos outros deputados, principalmente aos da região do meio-oeste e do oeste catarinense.

Todas as vezes que aconteceu algo diferente no estado, como a última catástrofe da enchente, fomos parceiros imediatamente votando as matérias que o governo mandou para cá tentando amenizar o sofrimento de todos os catarinenses.

Agora recentemente o meio-oeste, o oeste catarinense passa por uma das maiores estiagens dos últimos tempos e o governo do estado agilizou rapidamente a perfuração de poços artesanais para as comunidades, os municípios que tinham decretado estado de emergência. Mandou para esta Casa um projeto com data de 15 de maio pedindo apenas a isenção das taxas da Fatma para perfuração de poços

artesianos nos municípios que decretaram estado de emergência. Lamentavelmente, desde o dia 15 de maio esse projeto não saiu desta Casa, os poços artesanais estão sendo perfurados com dificuldade em algumas comunidades, e nós estamos servindo de chacota aí fora, porque a Assembleia Legislativa não fez a sua parte.

Não sei onde está parado esse projeto. Fui o relator na comissão de Constituição e Justiça no mesmo dia em que o mesmo adentrou nesta Casa. Apresentei o parecer e a nossa comissão deliberou. Está parado em alguma comissão e tem prazo, porque a validade dessa isenção é somente para o período da vigência do decreto de emergência dos municípios. Já está esgotando o decreto de emergência e ainda esta Casa não deu resposta.

Quero fazer aqui essa denúncia a todos os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. deputado, esta Presidência informa a v.exa. que vai determinar a assessoria que verifique onde está o projeto e fará o possível para incluí-lo na pauta para que possa ser deliberado.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, apenas para registrar a esta Casa, ao Parlamento, a Santa Catarina, que na data de ontem a Furb comemorou 45 anos de existência, 45 anos ao lado da comunidade gerando desenvolvimento econômico, desenvolvimento ambiental, desenvolvimento cultural e social. Isso é um orgulho para nós, blumenauenses, e para o vale do Itajaí, para Santa Catarina. Até quero deixar patente nesta Casa que o projeto de autoria do senador Leonel Archanjo Pavan foi aprovado na semana passada na comissão de Constituição e Justiça do Senado, o que possibilita alcançar o nosso sonho de anos, que é ter a Furb federal.

Essa bandeira não é apenas nossa; ela é de todos os catarinenses. E eu espero que os senadores Ideli Salvatti, Raimundo Colombo e Neuto De Conto, irmanados, possam tramitar essa matéria com rapidez na comissão de Educação.

Muito obrigado, presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, o Parlamento catarinense tem recebido inúmeros elogios da população, da sociedade catarinense, graças ao trabalho de cada um, graças ao trabalho de conjunto. E esse nosso trabalho, sem dúvida, chega à sociedade através do serviço de comunicação social desta Casa, formada por inúmeros funcionários altamente qualificados e dirigidos pela diretora Lúcia Helena Vieira. E orgulhosamente podemos anunciar que ela foi eleita e já empossada presidente nacional da Associação das Televisões e Rádios Legislativas do Brasil.

Queria então, em nome dela, em nome da Lúcia Helena, saudar todos os funcionários desta Casa, que divulgando o

trabalho deste Parlamento levam a imagem real da nossa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro pelo deputado Serafim Venzon, a respeito da diretora de comunicação que foi eleita no último congresso, em São Paulo, a essa função importante, quero registrar que ela vai dar ainda mais visibilidade ao Parlamento de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Romildo Titon, quero informar a v.exa. que o projeto se encontra sob os poderes do deputado Manoel Mota. E gostaria que v.exa. fizesse uma conversa com s.exa. Inclusive, já determinei que a assessoria também o faça, para que esse entrave que v.exa. manifestou não ocorra e possamos deliberar a matéria.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Gostaria de registrar, com muita alegria, a presença do ex-prefeito de Anchieta, que está visitando o Parlamento.

Além disso, gostaria de registrar a presença do prefeito Luis Ferdinando Pacazza, com lideranças de Santiago do Sul, que também estão presentes nesta Casa, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Da mesma forma esta Presidência se incorpora a essa manifestação, dizendo da alegria, da satisfação em receber esses prefeitos que aqui estão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, gostaria de registrar, com alegria, a presença do prefeito de Rio Rufino, Carlos Oselame, que visita esta Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feitos os registros, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0153/2009, de autoria do governador do estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, junto ao Japan International Cooperation Agency - Jica.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Queremos registrar, sobre a nossa posição na última semana plenária que tivemos aqui, que fomos contrário ao projeto e que agora veio tudo completo.

Isso, de fato, necessita essa valorização do Parlamento por parte do Executivo. Então, chegou toda a documen-

tação, com prazos, juros, enfim, com todas as condições que estão no financiamento.

Por isso, a nossa bancada vota favorável à admissibilidade da Medida Provisória n. 0153.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação do parecer ao Projeto de Lei n. 0036/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a utilização do papel reciclado na Administração Pública Estadual.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0035/2009, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Camboriú (Instalação do 1º/1ª/12º Batalhão da Polícia Militar.)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0039/2009, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São Carlos (construção da delegacia de polícia).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0112/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Kindermann - AEK, com sede no município de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0113/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Clube Náutico Almirante Barroso, com sede no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0007/2007, de autoria da Mesa Diretora, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, "caput", da Lei n. 13.669, de 2005.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2009, de origem governamental, que dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, queria pedir aos nobres companheiros que sejam sensíveis nesse voto referente à licença de 120 para 180 dias para as servidoras públicas efetivas gestantes e, principalmente, as adotantes, porque a média de adoção está ficando bastante grande.

Esse é o motivo de uma indicação que encaminhei ao governador, para que o Executivo apresentasse esse PLC, porque sou uma grande defensora dessa bandeira e de todas as bandeiras das mulheres catarinenses.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, esse projeto é uma conquista das mães, porque é o momento em que o bebê precisa do aleitamento materno. E esses 180 dias serão muito importantes para o bebê, a mamãe, a família. Inclusive, sabemos que esse aleitamento materno que a criança receberá é para a dentição, para adquirir anticorpos, para que a criança cresça saudável.

Então, esse momento de 120 dias é muito importante. Santa Catarina ganha um prêmio, porque valoriza as mães, as crianças. E esse momento dos 120 dias é excelente para termos crianças saudáveis, com boa dentição. E a ampliação da licença para 180 dias é um ganho para a criança, para a família, para a mãe, para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, esse projeto também se refere à paternidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - (Passa a ler.)

"Dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências."

Esse é o nome que está no projeto de lei, sra. deputada Ada De Luca.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu gostaria de pedir empenho das sras. deputadas e dos srs. deputados para fazermos a votação e, tenho certeza, com unanimidade.

Há muito tempo os servidores estão esperando a aprovação desse projeto. E peço licença, sr. presidente, porque já colhi as informações, pois acho que é uma unanimidade votarmos o primeiro, o segundo turno e a redação final na sessão de hoje, haja vista a grande pressa dos futuros papais e mães do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, temos a emenda aditiva, que é da lavra do sr. deputado Marcos Vieira, sobre a lei complementar aos servidores que se encontram em gozo da licença maternidade.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, apenas para esclarecer que

aquelas mães que estão no período de gestação, ao entrar em vigor a lei, adquirem o direito de postergar um pouquinho mais o retorno ao trabalho. Esse é o objetivo da emenda que foi aprovada. Mas é uma lei extremamente importante, sr., presidente, para as mulheres não só catarinenses, mas de todo o Brasil. E o PSDB votará favoravelmente ao projeto de lei.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, gostaria que ficasse registrado que assegura os mesmos direitos às servidoras que adotarem crianças até seis anos de idade, porque também é um estímulo à adoção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação nominal o referido projeto de lei com o parecer favorável de todas as comissões e sem prejuízo da emenda aditiva.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim

DEPUTADO HANREUS DE NADAL sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCISO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

A Sra. Deputada Ana Paula Lima -

Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem,

a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu estava ali fora encaminhando e peguei agora a folha de votação. E temos um projeto de lei nessa folha de votação que causou dúvidas. É a votação do parecer ao Projeto de Lei n. 0036/2008.

Foi votado o parecer da comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Foi votado o parecer da comissão.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certo, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Lamentavelmente, v.exa. não estava e foi deliberado.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu acato e tenho outra prerrogativa, até para apresentar esse projeto novamente. Mas o que me causa estranheza é que na folha ele foi orientado com dúvidas, porque o que está escrito aqui no § 1º é a discussão e votação da admissibilidade da medida provisória e depois a votação do parecer.

Eu acho que deveria ter a conclusão do parecer contrário da comissão da Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O que sempre é votado, sra. deputada, é o parecer, sempre.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sim, e estou dizendo na folha de orientação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Mas está orientado.

Srs. deputados, está encerrada a votação.

Temos 32 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. I

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, é importante que nos esclareça esse projeto de autoria da deputada Ana Paula Lima.

No nosso entendimento, salvo melhor juízo, com parecer contrário na comissão de Constituição e Justiça arquivasse o projeto. No plenário se comunica que tais e tais projetos foram rejeitados na comissão de Constituição e Justiça e regimentalmente cabe ao deputado recorrer em plenário sobre o referido projeto. Como aconteceu com a deputada Ada De Luca em relação aos *piercings*. Foi rejeitado e depois se apresentou parecer aqui.

Eu gostaria de ter um esclarecimento, por uma questão de ordem, de que se o parecer foi para a votação, este parecer não poderia ter ido para a votação, porque o parecer deveria produzir arquivamento do projeto no âmbito da comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Pedro Uczai, até para facilitar para v.exa., o parecer teve voto contrário na comissão de Constituição e Justiça.

A deputada fez pedido por escrito para vir ao Plenário para decidir. E é o que nós estamos fazendo. Não mudamos absolutamente nada!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, está esclarecido! Agora, nós não votamos o parecer da comissão, nós votamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - É regimental, a deputada recorreu ao Plenário sobre o parecer da comissão. E o Plenário manteve a rejeição.

O requerimento é datado do dia 17 de março, assinado pela bancada do partido.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, então votamos aqui o parecer da comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Exatamente!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. me desculpe, mas eu entendi uma coisa e os meus companheiros estão

em dúvida também, porque eles pensam que votaram a favor do projeto. Eles votaram com o parecer, que é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Eles sepultaram o seu projeto! Está sepultado, sra. deputada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Por isso a minha preocupação. Eu acato a decisão do Plenário. Eu tenho certeza de que os deputados que votaram tiveram dúvida na votação, conforme foi o encaminhamento na folha de votação. Só é essa a minha preocupação. Eu acato a decisão do Plenário, mas eu vou recorrer.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Eu quero apenas fazer um registro para que conste nos anais da Casa do projeto que foi votado anteriormente, que trata da extensão do auxílio maternidade para 180 dias.

Eu passei batido nas comissões e causou-me estranheza que a deputada Ada De Luca disse que esse projeto era extensivo apenas à adoção de crianças de até seis anos de idade.

Eu sou frontalmente contrário a essa limitação, porque existem filas de adoção para crianças de até seis anos. E temos que incentivar a adoção de crianças com mais de seis anos, que estão superlotando os abrigos de Santa Catarina. E esse dispositivo é totalmente equivocado; infelizmente, deixei passar batido na comissão, mas tão logo seja sancionado, vou apresentar uma emenda junto com os deputados que quiserem subscrevê-la, para que se retire essa indignação (palavra substituída por solicitação do autor) desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) = Feita a manifestação de v.exa., esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h29.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h29, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozinho - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Plínio de Castro - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2009, de origem governamental, que dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das

comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

A votação será nominal.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-na.

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

sim

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

Temos 28 votos "sim", nenhum

"não" e nenhuma abstenção.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, às 16h31, para a votação da redação final de diversas matérias.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h31, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozinho - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Plínio de Castro - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon.

SUMÁRIO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Refere-se ao projeto da deputada Ana Paula Lima sobre papel reciclado.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Solicita antecipação da Ordem do Dia na próxima sessão.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Convida todos para sessão em homenagem à RBS.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Refere-se à votação do projeto de autoria da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Aborda votação do projeto de autoria da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Manifesta-se acerca da Indicação n. 0346/2009, do deputado Renato Hinnig.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Aborda a Indicação n. 0347/2009, de sua autoria.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0353/2009, do deputado José Cardozinho.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Concórdia.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de empresário de Sombrio.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Aborda a Indicação n. 0358, de sua autoria.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de Airton de Oliveira, de Araranguá.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Serafim Venzon; aborda o mau estado das rodovias SC-456 e SC-457.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0371, de autoria do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0371, de autoria do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0674, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita subscrever os Requerimentos n.s 0674 e 0682, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever os Requerimentos n.s 0678, 0679, 0681, 0692, 0715 e 0729.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita subscrever os Requerimentos n.s 0692, 0700, 0707, 0723 e 0736.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0712.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Solicita subscrever os Requerimentos n.s 0727 e 0729.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita retirada da Moção n. 0102/2009, do deputado José Natal, que aborda voto em lista fechada.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Aceita retirar da pauta a Moção n. 0102/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda moção do deputado Ismael dos Santos, ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro e abstém-se da votação.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Aborda moção, de sua autoria, ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Aborda moção do deputado Ismael dos Santos ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Comenta moção do deputado Ismael dos Santos ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro e abstém-se da votação.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Comenta moção do deputado Ismael dos Santos ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro e abstém-se da votação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Refere-se à moção do deputado Ismael dos Santos ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda moção do deputado Ismael dos Santos ao ministro do Meio Ambiente,

sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Reporta-se à moção do deputado Ismael dos Santos ao ministro do Meio Ambiente, sobre a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Comenta a falta de quórum.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Refere-se à falta de quórum.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se à sessão solene que comemorou os 45 anos da Furb; manifesta preocupação pela interdição da BR-470; aborda o lançamento do livro *Jeitinho Brasileiro*, de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Convida para a 17ª Convenção Nacional de Solidariedade; aborda situação salarial dos servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Convida para sessão em homenagem aos 30 anos da RBS; refere-se aos 45 anos da Furb e à Furb Federal; aborda a duplicação da BR-470.

DEPUTADA DA DE LUCA - Aborda evento do PMDB em Içara; refere-se à emancipação de Pescaria Brava e Balneário Rincão.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refere-se aos problemas causados pelo *crack* e à campanha da RBS Crack, Nem Pensar.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Aborda a campanha da RBS Crack, Nem Pensar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta o problema das drogas em nível mundial; registra a presença dos prefeitos de Guaraciaba e de Anchieta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do projeto de Lei Complementar n. 0009/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, o projeto da deputada Ana Paula Lima que trata do papel reciclado para ser utilizado na administração pública eu votei de forma errada! Eu achei que a votação fosse pelo desarquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputada, isso já é matéria vencida.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Mas eu quero deixar registrado que houve dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Aceito o registro de v.exa., mas a matéria já foi votada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sim, mas isso que eu falei vai ficar registrado na taquigrafia desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com certeza, deputada, fica feito o registro.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0035/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0039/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0112/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0113/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0007/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, como todos os líderes aqui parecem estar de acordo, eu peço a v.exa. que na sessão de amanhã nós antecipemos a Ordem do Dia para as 14h e na sequência, aí, sim, o horário destinado aos Partidos Políticos e todos os demais trâmites.

Então, pedimos que seja realizada a Ordem do Dia às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Se houver concordância de todos os líderes, assim procederemos.

Consulto os srs. líderes se concordam com a antecipação da Ordem do Dia.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, amanhã a Ordem do Dia será antecipada para as 14h.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, aproveitando a presença de todos os parlamentares neste plenário, eu gostaria somente de reforçar a todos o convite para a sessão solene que ocorrerá hoje à noite, às 19h, em homenagem à RBS. Desejo reafirmar e estender o convite a todos os parlamentares para estarem aqui conosco homenageando os 30 anos do Grupo RBS em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, antes de passar para as votações dos requerimentos, eu gostaria de solicitar às taquígrafas que façam a troca do termo "excrescência" que eu utilizei quando estava em aparte, pois é um termo muito forte. Eu peço que ele seja substituído pela palavra "indignação". Eu só gostaria que isso ficasse registrado porque o termo é forte demais para um assunto tão singelo, tão importante para as famílias.

Então, fica registrada a minha indignação com relação à forma como esse assunto foi encaminhado, até porque tenho certeza de que foi um equívoco e não uma intenção deliberada.

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczaí.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu estou um pouco teimoso aqui e até buscando a liberdade de todos os deputados. Eu entendo que aquela votação do projeto da deputada Ana Paula Lima, essa é a leitura que faço, se for o parecer da comissão de Constituição e Justiça, ficou nula neste plenário.

Então, eu só quero que isso fique registrado nos anais da Casa, para que depois eu possa entrar com algum recurso.

Segundo, quando há rejeição do projeto na comissão de Constituição e Justiça o ritual é o deputado apresentar o requerimento e este é que vai para discussão e votação. Lá está: votação do parecer. A votação tem que ser para o requerimento da deputada, senão é nula a votação.

Terceiro, se houve a votação favorável, a votação foi favorável ao requerimento da nobre deputada solicitando o desarquivamento.

Quero deixar registrado, pois este deputado tem este entendimento e esta convicção, salvo melhor juízo, de que se foi votado o parecer da comissão de Constituição e Justiça ficou nula a votação.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Eu também tenho dúvidas. Creio eu que aqui embaixo esteja errado, pois deveria estar colocado assim: desarquivamento do projeto da deputada Ana Paula Lima.

Eu acho que houve um equívoco aqui na hora da digitação. Se v.exa. puder nos ajudar, sr. presidente, seria bom, porque esse projeto é de suma importância. Ele trata do aproveitamento do papel reciclado para a economia. A crise mundial está aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sra. deputada, vou apenas me fixar na questão regimental. Mas para esclarecer, deputado Pedro Uczaí, para não ficar nenhuma dúvida, eu vou ler o parágrafo primeiro do Regimento.

(Passa a ler.)

"§ 1º O Autor da proposição poderá requerer, com o apoio de um décimo dos Deputados, no prazo de três sessões após sua comunicação em sessão, que seja o parecer submetido à apreciação do Plenário, caso em que a proposição será enviada à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia, em apreciação preliminar, devendo o Autor fundamentar, por escrito, sua discordância com o parecer da Comissão." [sic]

É claro que aqui será votado o parecer que será submetido, não o requerimento. Se fosse o requerimento v.exa. teria razão. De fato o Regimento trata do parecer que será submetido. Para que vingasse o requerimento, teria que ser rejeitado o parecer da comissão, aí ele voltaria para a comissão de mérito. Infelizmente, muito embora concordando com o mérito do projeto da deputada Ana Paula Lima, regimentalmente não há o que possa ser feito.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0346/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sobre essa indicação do deputado Renato Hinnig, a nossa bancada se abstém da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Fica registrada a abstenção pela bancada do PT no encaminhamento da Indicação n. 0346.

Esta Presidência também comunica que serão encaminhadas as Indicações n.s 0347/2009, de autoria do deputado José Natal...

O SR. Deputado José Natal - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, só quero esclarecer que alguns municípios do estado de Santa Catarina têm uma entidade que congrega todas as associações e conselhos existentes hoje. O que essa indicação está pedindo é que essa entidade que representa os conselhos ou as associações tenha participação no conselho Regional de Desenvolvimento nas questões pertinentes ao Orçamento Regionalizado.

Eu entendo, e coloquei isso lá em Chapecó, deputado Pedro Uczaí, v.exa. estava ausente, que as associações não estão sendo ouvidas nas questões prioritárias do Orçamento. Por isso a minha indicação pedindo ao governador do estado que inclua a participação dos conselhos representando as entidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Comunicamos que ainda serão encaminhadas as Indicações n.s:

0348/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0349/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0350 e 0351/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0352/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0353 e 0354/2009, de autoria do deputado José Cardozinho; 0355/2009, de autoria da bancada do PP...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, já conversei com o deputado José Cardozinho e ele permitiu que eu também assinasse a Indicação n. 0353/2009, que diz respeito à viatura para a Maternidade Darci Vargas, em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do deputado José Cardozinho, será encaminhada com a sua assinatura.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, apenas quero registrar a presença, neste plenário, do sr. Fábio Antonio Fávero, diretor-geral da secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia, que foi um brilhante prefeito durante quatro anos no município de Irani.

Mas esse cumprimento quero também estender a toda a nossa gente de Irani, à Rosa Maria Tesser, aos vereadores que aqui estiveram na semana passada, ao ex-prefeito Binho. É com muita alegria que esta Casa o acolhe, prefeito, o senhor que é um guerreiro, um lutador do Contestado daquela região.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota, que comunica a esta Casa que amanhã deliberará na comissão de Finanças e Tributação o projeto que foi solicitado pelo deputado Romildo Titon.

O Sr. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com certeza, sr. presidente.

Eu quero registrar a presença do meu amigo empresário João e de seu filho, de Sombrio, que estão aqui a trabalho daquele município que gera emprego e renda, que nos estão dando a honra e o orgulho de prestigiar, rapidamente, na tarde de hoje, o nosso Parlamento catarinense.

Por isso queremos deixar registrada a presença dos dois nos anais da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Comunicamos, da mesma forma, que ainda serão encaminhadas as Indicações n.s.: 0357/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0358/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, isso já foi objeto inclusive de uma reunião com o secretário de estado. E trabalhamos em dois flancos, um direto com a secretaria e outro via Assembleia. Mas ainda não tivemos a resposta do secretário. De qualquer maneira, estamos aguardando uma resposta do secretário para sabermos quantas viaturas serão encaminhadas para aquela região. Inclusive, precisamos submeter isso ao Conselho Regional, à secretaria Regional em Joinville, para saber se realmente vai atender às necessidades das Polícias Civil e Militar da nossa região.

Estou aguardando em nome também do deputado Cardozinho, em nome do deputado Darci de Matos, em nome do deputado Kennedy Nunes, o parecer do secretário da Segurança de quantas viaturas serão enviadas para aquela região, para que possamos saber se realmente vai atender às nossas necessidades.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência encaminhará também as Indicações n.s.: 0359 e 0360/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0361/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio; 0362, 0363 e 0364/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0365/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0366 e 0367/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0368/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0369/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0370/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0371/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0372/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Registro com muita honra a presença do sr. Ailton de Oliveira, nosso amigo Barão, vereador por vários mandatos, em Araranguá, empresário, dono do Futurão, que hoje já passa a ser universidade. Ele nos dá a honra de prestigiar o Parlamento na tarde de hoje. Quero dizer que é uma honra e um prazer recebê-lo nesta tarde no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu gostaria de pedir a autorização do deputado Serafim Venzon para subscrever o seu requerimento.

Quero também aproveitar e colocar aqui a minha indignação pelo estado que se encontra a SC-456, Monte Carlo/Fraiburgo, e a SC-457, Curitiba/Lebon Régis. Aquelas rodovias foram feitas para viabilizar a vida das pessoas, mas do jeito em que se encontram, totalmente tomadas pelo mato, praticamente em cima do asfalto, estão para tirar a vida das pessoas.

Quase que este deputado foi acometido de uma fatalidade quando ia de Monte Carlo a Fraiburgo, onde não há 10cm

de acostamento para que um pedestre possa caminhar. Quase atropelou um cidadão em um veículo de tração animal. É perigoso! É um escândalo! É coisa de secretário irresponsável, que provavelmente não tirou a bunda da cadeira, para ir de Monte Carlo a Fraiburgo.

Da mesma forma, senhor presidente, esse secretário não foi de Curitiba/Lebon Régis, porque se tivesse ido neste período em que é secretário, aquelas rodovias não estariam no estado em que se encontram, colocando em risco a vida da população daquela redondeza.

É um secretário malandro, que provavelmente não trabalha e que não sai de dentro do gabinete!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reportando-me à Indicação n. 0371, de autoria do deputado Serafim Venzon, gostaria de pedir a ele para subscrever essa que diz respeito à serra Dona Francisca, da minha região, sediada em Joinville.

Conheço muito bem o problema e gostaria de reforçar esse pedido do deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado José Cardozinho - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, também gostaria de subscrever a indicação do deputado Serafim Venzon. Ontem, estive naquela localidade que está em obras. O Deinfra está tomando algumas providências fazendo muros de arrimo, de pedras e retificando alguns daqueles *guard-rails*. Mas queremos subscrever essa indicação por sermos daquela região, onde já aconteceram diversos acidentes, inclusive com vítimas fatais, vamos dizer assim, quase que todas as semanas.

Acho que é importante, e o governador já deve estar tomando as providências, porque realmente já está em obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência encaminhará também as Indicações n.s.: 0372/2009, 0373/2009 e 0374/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 03275/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os requerimentos n.s.: 0672/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin e outros; 0673/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0674, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, com a aquiescência do deputado Adherbal Deba Cabral, gostaria também de subscrever o Requerimento n. 0674/2009.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com a aquiescência do deputado Deba também gostaria de subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O requerimento será subscrito pelo deputado Renato Hinnig e pela deputada Ana Paula Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência defere também os Requerimentos n.s: 0676/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio; 0677/2009, 0678/2009 e 0679/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0680/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0681/2009 e 0682/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, também com a aquiescência do deputado Adherbal Deba Cabral, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0682/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo concordância assim será feito.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu gostaria de subscrever os Requerimentos n.s 0678, 0679 e 0681/2009, com a aquiescência dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sempre com a aquiescência do autor.

Serão também deferidos os Requerimentos n.s: 0683/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio; 0685/2009 a 0689/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0690/2009, de autoria do deputado José Cardozinho; 0691/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0692/2009, de autoria do deputado José Cardozinho; 0697/2009, de autoria do deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu gostaria de subscrever o Requerimento n. 0692/2009.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu também gostaria de subscrever o Requerimento n. 0692/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado José

Cardozinho com certeza concorda com todas as solicitações, não houve manifestação e nós entendemos como concordância.

Ainda serão deferidos os requerimentos n.s 0699/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0700/2009 e 0701/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com a sua paciência e a do deputado Adherbal Deba Cabral, nós que estivemos juntos neste evento, gostaria de subscrever o requerimento n. 0700/2009 sobre o empresário do ano, sr. José Luiz Rauber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Giancarlo Tomelin, mais alguma subscrição?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quando v.exa. ler eu vou fazer, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda serão deferidos os requerimentos n.s 0702/2009 e 0703/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0705/2009 de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0706/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0707/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria também de pedir licença ao deputado Ismael dos Santos para também subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência defere também os requerimentos n.s 0708/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0709/2009, 0710/2009 e 0711/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0712/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0715/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu gostaria de subscrever o requerimento n. 0715/2009, também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deferimos também os requerimentos n.s 0716, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0717/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0719/2009 e 0720/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0721/2009, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0722/2009, 0723/2009, 0724/2009 e 0725/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. já leu o requerimento n. 0723?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Já li do 0722 até o 0725.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu consulto o deputado Deba se é para a liberação dos recursos do Auxílio Reação das pessoas do município de Itajaí que não foram beneficiadas, e dos municípios de Jaraguá do Sul e de Blumenau, onde 247 famílias também não foram beneficiadas, porque eu gostaria de subscrever esse requerimento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Peço permissão para subscrever o requerimento n. 0712, de autoria do deputado Genésio Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não! A taquigrafia está fazendo todos os registros que depois serão passados para a secretária da mesa.

Ainda serão deferidos os requerimentos n.s 0726/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0727/2009, 0728/2009, 0729/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0730/2009, 0731/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu gostaria de subscrever o requerimento n. 0729, com a aquiescência do deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda serão deferidos os requerimentos n.s 0732/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0733/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 0734/2009, de autoria do deputado Plínio de Castro; 0735/2009 e 0736/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0737/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Solicitamos para subscrever também os requerimentos n.s 0727 e 0729, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu gostaria de subscrever o requerimento n. 0736, cumprimentando a sra. Lúcia Helena Vieira, pela posse na presidência da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não, deputada Ana Paula Lima.

Ainda serão deferidos os requerimentos n.s 0738/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0739/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0740/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0741/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Telemar, Claro, Tim e Vivo, solicitando a instalação de telefonia móvel no município de Itá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional dos Correios em Santa Catarina, solicitando providências com relação à falta de infraestrutura e funcionários na agência do município de Schroeder.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Comunicações, solicitando a supressão da veiculação pelos canais de comunicação do termo gripe suína.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do DNIT, solicitando estudos urgentes visando à duplicação da BR-280.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado José Natal, a ser enviada ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a rejeição da proposta de instituição do voto em lista fechada para os cargos do Poder Legislativo.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em primeiro lugar, com relação às discussões sobre a reforma política e em relação a essa matéria especificamente, tenho a impressão de que já foi sepultada no Congresso Nacional. Acho que estamos fora um pouco do momento. E por isso gostaria que o deputado retirasse essa moção, neste momento; senão, vamos discuti-la.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, é que eu havia feito a moção na semana anterior àquela em que não houve sessão, e nesses 15 dias houve. Então, eu retiro, porque foi contemplado aquilo que coloquei ali por diversos deputados. Só lamento que o PT não tenha ficado feliz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Então, v.exa. retira a moção?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Retiro, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está retirada a Moção n. 0102/2009.

Moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, a ser enviada ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, solicitando providências para a realização de mutirão para a obtenção e regularização de títulos eleitorais no bairro Monte Cristo, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Gelson Merísio, a ser enviada ao ministro da Agricultura, apelando para que sejam executadas medidas administrativas visando à anistia das dívidas contraídas pelos pequenos agricultores atingidos pela estiagem nos municípios do oeste catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com a subscrição dos deputados Padre Pedro Baldissera e Plínio de Castro.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro da Fazenda e à Secretaria Nacional da Receita Federal, solicitando intervenção para que a Delegacia da Receita Federal permaneça no município de Joaçaba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao

ministro do Meio Ambiente, manifestando repúdio pela participação, na condição de Ministro de Estado, na Marcha da Maconha, no Rio de Janeiro.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai, para discussão.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Certamente o ministro participa das atividades que bem entender. Penso que isso é autonomia e princípio individual; a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação das pessoas tem que ser respeitada, independentemente da minha questão de mérito, do que eu penso, da descriminalização das drogas. Acho que isso nós temos que enfrentar. Inclusive, nas próprias escolas, no país, hoje se percebe que a violência e as drogas são um problema extremamente sério.

Agora, precisa ser enfrentado esse debate, mas não é com moção de repúdio a uma manifestação individual, pessoal - porque o ministro não estava representando o governo federal -, que resolveremos a questão. Por isso, vou me abster da votação dessa moção.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, já foi exaustivamente debatida essa moção em outras ocasiões, assim como a questão da Marcha da Maconha. Nós queremos, sim, formalizar o nosso repúdio por uma razão muito simples: o ministro não estava lá como cidadão, estava investido do seu cargo de ministro, inclusive tomando o microfone e fazendo apologia à maconha, lembrando de que em cada dez viciados em droga, oito começam com a maconha.

Por isso, o nosso repúdio à presença do ministro do Meio Ambiente na Marcha da Maconha, no Rio de Janeiro.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, porque quero pedir a missão para me somar à preocupação do deputado Ismael dos Santos por tudo aquilo que a imprensa brasileira vem mostrando sobre o uso de droga neste país. E não podemos, sim, deputado Pedro Uczai, com todo o respeito, ter um ministro federal participando num movimento para a liberação de uma coisa que é uma transgressão.

A droga tem deixado a vida de muitas pessoas debilitada; a droga tem acabado com a vida de muitas famílias. E o ministro deve ter uma telha corrida, com certeza, e já provou por a+b que está incentivando a liberação da maconha. E isso é o fim para mim, com toda a certeza! Ou ele não tem a noção do que é a maconha na degradação da vida da juventude brasileira?

Hoje, não sei qual universidade do Rio de Janeiro que colocou câmeras em todos os campi, porque aqueles que não usam não suportavam mais o cheiro de maconha. Eu assisti isso através de um canal de televisão. É um absurdo o que está acontecendo! E um ministro pirado vai para lá incentivar realmente o uso da droga? Pelo amor de Deus, não podemos aceitar isso!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, com relação à pessoa jurídica, no Brasil, o que mais tem aparecido nas páginas policiais deste país é a Petrobras. E com relação à pessoa física, quem mais encrenca arrumou neste país, nos últimos 90 dias, e não só com Santa Catarina, mas praticamente com todo o Brasil, inclusive com colegas seus, foi o ministro Carlos Minc.

Esses dias, saiu estampado no jornal *Folha de S.Paulo* que o presidente Lula puxou a orelha do ministro.

Então, não tenho a menor dúvida, sr. presidente, de que está na hora de ele bater em retirada, porque quando veio não agradou.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, é inaceitável, na fase em que estamos vivendo hoje, estimular o uso da maconha para que possa haver plantação, tráfico da droga, pelo amor de Deus! Acho que precisa haver ponderação por parte dessas pessoas! Acho que é totalmente destemperado!

Não queria votar apenas uma vez, mas umas quatro vezes nessa moção em repúdio a esse tipo de ação. Acho que estou sendo um tanto radical, mas contra as drogas sou mesmo!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Precisamos enfrentar a questão da drogadição com grandeza, como um problema de saúde pública, um problema social, pois não se trata só de um problema de punição, de presídio. Inclusive, estamos entrando com um projeto de lei relativo a essa questão e gostaria até que os deputados votassem a favor de uma parte do

Fundo Social, deputado Manoel Mota, para podermos fazer, sim, o tratamento dos dependentes químicos. E gostaria que fosse votado por unanimidade aqui.

Quero dizer, sr. presidente, que temos que discutir não só a questão da maconha, do *crack*, das drogas ilícitas, pois a dependência começa já com a bebida, com o primeiro copo de cerveja. Os deputados aqui não têm a coragem de dizer, mas esse caminho começa com um copo de cerveja, um copo de uísque, um copo de cachaca. Aí começa o caminho! Isso nós temos que discutir também!

As mulheres de Santa Catarina e do Brasil são vítimas de violência, primeiro, quando o marido chega em casa bêbado, e não só com maconha na cabeça! Essa é a questão fundamental! Quando tivermos coragem de fazer esse debate, aí, sim, vamos ter uma sociedade diferenciada.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, acho que a deputada Ana Paula Lima tem razão. A discussão precisa ser muito mais profunda porque ela fala dos efeitos das chamadas drogas lícitas, aquelas que produzem estragos, e sabemos que produzem, mas ainda estão na legalidade. E aqui estamos falando da chamada droga ilícita. Quem quiser defender a legalização que tenha a consciência de que a repercussão para quem ocupa uma posição como ministro de estado é deste tamanho mesmo.

Existe aí toda uma campanha que esta Casa está participando, uma campanha encabeçada pela RBS TV. E, aliás, hoje à noite, vamos homenagear aquela instituição aqui. É uma campanha em função do problema do *crack* que está dizimando milhares de pessoas por este país afora diariamente, e os depoimentos são dramáticos! Mas por onde começa tudo isso? Começa pela maconha, não há nenhuma dúvida! O dependente começa com uma droga mais fraca, deputado Manoel Mota, e depois, quando aquela já não causa efeito suficiente para fazer a cabeça, vai passando para outra e termina no *crack*, que é o encontro mais rápido com a morte em todos os sentidos, com a destruição da família e da sociedade. Os depoimentos que estamos vendo através dessa campanha da RBS TV são chocantes. E olhem que está sendo muito bom para que conheçamos a fundo o problema, deputado Padre Pedro Baldissera.

Eu não tinha noção, confesso que tinha pouca informação sobre os efeitos devastadores dessa nova modalidade tão crescente, o *crack*, que está dizimando famílias e famílias a cada dia. E começa por onde? Começa pela maconha. Por isso sou solidário a essa moção e acho que foi de uma grande infelicidade a participação do ministro nesse movimento.

O Sr. Deputado José Cardozinho - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, tivemos a felicidade, há 15 dias, de apresentar aqui um manifesto através de um trabalho do deputado Ismael dos Santos sobre a maconha, que é o início, como foi dito aqui por vários companheiros.

Eu entendo que a palavra repúdio, que está nessa moção, é um elogio ainda para o ministro. Acho que não há palavra que caiba bem quando se trata de um ministro que se considera uma picanha - conforme entrevista em rede nacional, e inclusive o presidente da República andou dando um puxão de orelha nele -, que se considera o bom. Primeiro esteve aqui quando da aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, falando algumas asneiras, sobre o que já foi aprovada nesta Casa uma moção de repúdio. Essa é a segunda. E ele vai acumulando-as. Não sei até quando o presidente da República vai aguentar com essas moções, pois o país todo deve estar fazendo o mesmo tipo de trabalho que esta Casa está fazendo hoje.

Acho que a maconha é o começo, como foi dito aqui. Eu fui diretor de presídio e sei como é, convivi com a questão lá dentro do presídio. O presídio vivia lotado de dependentes que começaram com a maconha e, por fim, deram sequência para o *crack*.

A RBS, como já foi mencionado, vai ser homenageada na data de hoje pelo grande trabalho que realiza em Santa Catarina, e essa campanha da pedra vai ser copiada inclusive no Brasil todo para o combate às drogas.

Quero parabenizar o autor dessa moção, e dizer que repúdio ainda é um elogio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em votação.

Não há voto contrário, mas a abstenção dos deputados Pedro Uczai, Nilson Gonçalves e Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Há outras moções e é visível a ausência de quórum. Em seguida, então, estaremos tratando de uma moção de autoria do deputado Marcos Vieira, de repúdio, endereçada à Procuradoria Geral de República, e há ofícios de duas procuradoras.

Como eu queria discutir o mérito dessa moção, da autonomia dos poderes, da democracia de posições e como este Parlamento é também democrático e respeita diferentes posições - e a posição das referidas procuradoras é à luz de uma interpretação do próprio Código Ambiental -, solicito que deliberemos sobre essa moção numa outra sessão e não nessa, porque não temos quórum.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, evidentemente, se não há quórum, não podemos deliberar. Mas é regimental a discussão até o instante da deliberação.

Porém, eu vou concordar com o deputado Pedro Uczai, até porque é melhor, deputado Joares Ponticelli, nós termos um quórum maior para debatermos com maior profundidade a questão que é colocada nessa moção, pois, conforme o que foi colocado, os srs. deputados e as sras. deputadas haverão de ver que o ofício encaminhado foi uma afronta ao Parlamento catarinense, que apoiou uma lei legítima, e até este instante não há instância judiciária que tenha decretado em parte ou no todo o Código Ambiental de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não havendo quórum regimental para a aprovação das moções, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero mais uma vez registrar a satisfação que tivemos ontem pela manifestação feita em relação à Universidade Regional de Blumenau.

A sessão solene acontecida no teatro Carlos Gomes contou com a presença de ex-reitores, de professores, de alunos, da comunidade universitária e celebrou os 45 anos da Furb, num olhar retrospectivo, mas também na perspectiva de um futuro para a nossa universidade de Blumenau, na intenção de federalizá-la tornando-a pública, gratuita e de qualidade.

Mais uma vez, registramos os nossos parabéns, as nossas congratulações por esses 45 anos de caminhada da Universidade Regional de Blumenau.

Sr. presidente, estivemos, na última quinta-feira, em contato com o prefeito Duílio Gehrke, de Ibirama. Visitamos essa prefeitura, pois estamos preocupados, deputado Jailson Lima, com a questão da ponte da BR-470, no km 118, obra que diz respeito a todos nós, catarinenses, afinal de contas 40% da economia de Santa Catarina tem o seu escoamento pela BR-470.

E, com a interdição da BR-470, 35% dos veículos deixaram de transitar por essa rodovia, porque são veículos de carga pesada - alguns, inclusive, com excesso de carga -, ficando apenas o trânsito para pequenos veículos em meia pista.

Levando-se em consideração que transitam pela BR-470 cerca de 20 mil veículos, deputado Jean Kuhlmann, nós de fato ficamos preocupados, e não só com a questão da economia. Inclusive o porto de Itajaí ficou seriamente prejudicado, mais uma vez. Além da calamidade de novembro de 2008, agora existe esse problema junto à ponte sobre o rio Hercílio que cedeu 15cm, complicando e comprometendo inclusive a recuperação do pilar da área afetada. Teremos o problema, segundo o DNIT, pelo menos, por 30 dias.

A nossa preocupação também é com as áreas vizinhas, Ascurra, Apiúna, porque, de certa forma, estão se transformando em cidades fantasmas, deputado Jean Kuhlmann, porque desse movimento depende o comércio local, os restaurantes, os hotéis que estão à margem, ao longo da BR-470 que corta essas cidades.

Nós sabemos que hoje há uma espécie de escape precário através da rua Dr. Blumenau, em Ibirama, para pequenos veículos e caminhões de pequeno porte, de no máximo 20 toneladas, por uma estrada de barro. E a

nossa preocupação é com o tempo de espera. Há um laudo que precisa ser feito sobre a capacidade de peso da ponte Irineu Bornhausen, dentro do município de Ibirama, e nós esperamos que o DNIT acelere esse processo para que logo o trânsito seja liberado, principalmente para os *containers* que vêm do oeste catarinense, deputado Plínio de Castro, e chegam até o porto de Itajaí através da BR-470.

Fica registrado, portanto, a nossa preocupação e o nosso apelo para que o DNIT possa acelerar as obras de recuperação do pilar na área afetada nessa ponte do km 118 da BR-470.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, nós estamos lançando nesta semana mais um livro de nossa autoria, desta vez entrando na perspectiva da ética cristã, com o título *Jeitinho Brasileiro*, que farei chegar a cada um dos deputados.

Queremos apresentar à sociedade catarinense uma obra modesta de 120 páginas que procura traçar uma biografia da cultura, do *jeitinho* brasileiro que envolve não só os políticos, mas a sociedade de uma forma plena.

De fato, nós temos tentado justificar o porquê dessa sociedade, quer no aspecto econômico e cultural dos distanciamentos em relação à ética, à moral, mas todos parecemos concordar que há efetivamente uma marca na sociedade brasileira que é a questão dos valores morais e também espirituais.

Nós entendemos que uma sociedade sem ética é uma sociedade sem caráter, e, se não há caráter, não há perspectiva de uma nação melhor.

Daí a nossa contribuição, um pouco no aspecto literário e filosófico sobre a ética se configurando numa experiência progressiva que cresce com a decisão individual de fazer escolhas acertadas.

A ética sempre procura responder uma indagação: como devemos nos portar, como devemos nos conduzir, como devemos partilhar e compartilhar as nossas experiências em sociedade?

Essa é a proposta que registramos neste livro, o 44º de nossa autoria. Desta feita, como disse, pela linha da ética cristã, o trabalho *Jeitinho Brasileiro* é a minha contribuição também para uma sociedade mais justa, mais fraterna e com verdadeiros valores éticos e morais que certamente poderão fazer a diferença nas próximas gerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Quero iniciar fazendo o convite a todos os srs. deputados e à sra. deputada, assim como às demais pessoas que nos acompanham nesta sessão para participar da 17ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, que vai ser realizada aqui em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Esse evento é patrocinado e organizado pela Associação Cultural José Martí, aqui de Santa Catarina, nos dias 10, 11, 12 e 13 de junho.

Portanto, a abertura amanhã será às 19h e terá prosseguimento na quinta-feira, na sexta-feira e no sábado até o meio-dia.

É um evento importante, pois todo o movimento de solidariedade brasileiro se reunirá aqui neste Poder Legislativo, no espaço

físico da Assembleia Legislativa. Os eventos ocorrerão aqui no Auditório Antonieta de Barros, com presença de uma importante delegação de cubanos e de cubanas que se farão presentes nessa convenção, e, aliás, vários deles já estão na nossa cidade para debater os temas relativos à solidariedade do povo brasileiro para com o povo e a revolução cubana.

Então, fica aqui o convite a todos os telespectadores, aos srs. deputados e às sras. deputadas de todos os partidos. A solidariedade não deve trazer consigo os programas ideológicos das agremiações políticas. É um movimento de todas as pessoas que se solidarizam com outro povo que possam estar presente e dar essa participação.

Na pauta, evidentemente, estão os assuntos relativos à solidariedade, como o bloqueio internacional, o bloqueio especialmente dos Estados Unidos a Cuba; o pedido de liberdade de cinco cubanos que estão ilegalmente presos nos Estados Unidos há mais de uma década.

Então esse é o movimento de solidariedade em todo o país, essa é a pauta, essa é a mobilização, não entrando questões da conjuntura nacional e nem estadual, mas estarão discutindo assuntos de importância fundamental para todo o movimento de solidariedade aqui no Brasil.

Nós queríamos falar também, e já pretendíamos tê-lo feito em horário anterior na tarde de hoje, sobre a situação salarial dos servidores da Segurança Pública, agora com uma novidade que não tínhamos ainda na última sessão plenária deste Poder, que ocorreu na semana retrasada, uma vez que na semana passada a Assembleia Legislativa estava realizando as audiências públicas regionalizadas, do Orçamento.

Justamente no final daquela semana, última semana de maio, precisamente no dia 29 de maio, o Supremo Tribunal Federal publicou o acórdão de uma decisão tomada já no dia 4 de fevereiro - portanto há mais de cinco meses -, que fulmina os arts. 11 e 12 da Lei Complementar n. 254, que é a lei salarial dos servidores da Segurança Pública.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal foi no dia 4 de fevereiro e o acórdão só foi publicado no último dia 29 de maio. E isso significa na prática que, a partir de junho de 2009, o salário da imensa maioria dos trabalhadores da Segurança Pública, deputado Reno Caramori, está comprometido.

O art. 11 da Lei n. 254 definia o quanto cada servidor da Segurança Pública teria direito a receber.

Parte disso já havíamos recebido nos anos de 2004 e 2005, e a outra parte, a metade ou um pouco mais do que a metade, é aquela que tanto falamos desta tribuna; é aquela que tanto os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, como os demais servidores da base da Segurança Pública têm lutado nos últimos quatro anos para receber.

A Lei n. 254 já vai completar seis anos. Em 2004 e 2005 o governo pagou certa quantia, perto da metade para alguns, menos da metade para outros servidores, mas ficou faltando uma parte importante, significativa, do pagamento daquela lei para que houvesse justiça salarial para os servidores da Segurança Pública.

Nobres pares, a pedido da Associação Nacional dos Delegados, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi impetrada em fevereiro de 2008. E o Supremo, em 4 de fevereiro de 2009, decidiu que os arts. 11 e 12 são inconstitucionais. Portanto, não existem. Desde 29 de maio não existem os

arts. 11 e 12 da Lei Complementar n. 254. O art. 11 dizia quanto teria para receber e o art. 12 dizia como fazer esse pagamento.

Isso não aconteceu. O governo não pagou a Lei n. 254, que foi discutida e elaborada em 17 reuniões, em 2003, com todos os segmentos do serviço público da segurança. Foi encaminhada para esta Assembleia Legislativa em agosto de 2003; foi aprovada em plenário no dia 13 de novembro; foi sancionada no dia 15 de dezembro de 2003; e foi paga parcialmente em 2004 e 2005, como já falei, mas o governo não terminou de pagá-la.

A Lei n. 254 foi ferida de morte por essa decisão do Supremo, a pedido dos delegados, que curiosamente assinaram o anteprojeto, mas depois entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, de forma que a publicação do acórdão indica que já no mês de junho os servidores da Segurança Pública, com exceção dos delegados, terão prejuízo salarial. Mais de 98% dos trabalhadores da Segurança Pública perderão salário neste mês de junho, caso não haja nenhuma medida do governo do estado no sentido de reorganizar a legislação salarial desses servidores. E o que nos deixa preocupados, indignados, é o fato de que se lá em 2003 houve 17 reuniões para discutir o assunto, agora, em 2009, seis anos depois, não ocorre nenhuma reunião para discutir o assunto.

A cúpula da Polícia Civil e da Polícia Militar - e quando digo a cúpula, estou falando no comando -, com seus assessores, está-se reunindo a portas fechadas com autoridades do governo para discutir esse assunto de interesse geral, de interesse de todos os trabalhadores e de interesse da sociedade catarinense.

Mantida essa situação, um soldado da Polícia Militar perderá R\$ 600,00 no próximo pagamento, daí para cima, e os oficiais da Polícia Militar perderão cerca de R\$ 2 mil, daí para cima, já no próximo vencimento deste mês de junho.

Como não está havendo discussão, como não existe nenhuma proposta escrita e oficializada - por parte do governo, por parte de qualquer autoridade do governo ou por qualquer autoridade das instituições Polícia Civil e Polícia Militar - que possa ser discutida publicamente pelas categorias interessadas, inclusive pelos deputados deste Parlamento, imaginamos que a qualquer hora, daqui até o dia 20, possa aparecer na Assembleia Legislativa um Cavalão de Troia, do qual já falamos aqui, um jumento de Troia, um burro de Troia, porque, se está acontecendo a portas fechadas, não podemos prever o que virá dentro desse projeto, que é provável que chegue através de medida provisória nos próximos dias.

Então, esperamos que o governo do estado chame todos os segmentos da Segurança Pública para debater esse assunto, porque essa lógica de omitir o debate, impedir que a maioria participe da discussão, com certeza não é a lógica do processo democrático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, primeiramente, antes de fazer o meu pronunciamento, gostaria de novamente estender um convite a todos os deputados, às pessoas que querem participar, hoje, às

19h30, da sessão especial em homenagem à RBS, pela passagem dos seus 30 anos no estado de Santa Catarina.

Nesse período aconteceram momentos decisivos, extremamente importantes em nosso estado e que mudaram a vida dos catarinenses. E cito a enchente de 1983, quando o Grupo RBS participou de forma decisiva na comunicação do fato.

Se começarmos a analisar todos os fatos, iremos verificar a cobertura da catástrofe que aconteceu recentemente, quando através da RBS foi colocada em mídia nacional a angústia do nosso povo. Inclusive, tivemos o apoio do Brasil e de outros países, no sentido de ajudar as pessoas desabrigadas e que ainda continuam sofrendo com a catástrofe.

Entendo que é uma justa homenagem e gostaria de, novamente, estender o convite a todos para comparecerem neste plenário.

Quero também dizer aqui da minha felicidade e alegria porque ontem tivemos a oportunidade de participar de uma sessão solene em homenagem aos 45 anos de fundação da Furb, em Blumenau, uma instituição que tem um papel fundamental para o desenvolvimento não só do município de Blumenau como também para o desenvolvimento de Santa Catarina e do povo da região do vale do Itajaí.

A Furb é uma universidade que tem cunho comunitário, porque surgiu da vontade da população do vale do Itajaí e dos trabalhadores que precisavam de mais qualificação, no sentido de aperfeiçoarem o trabalho nas empresas. Por isso, resolveram criar a primeira instituição de ensino superior do interior do estado de Santa Catarina. É uma universidade pública e hoje luta para ter o seu reconhecimento público não apenas no papel, porque ela é pública, mas vive basicamente da mensalidade paga pelos alunos. É uma universidade pública de verdade é aquela que não é só apenas pública, mas é aquela que também pode garantir os recursos vindos dos governos federal, estadual e municipal.

Hoje, a Furb, quando completa 45 anos de existência, tem uma luta muito forte. É e sobre essa luta que eu gostaria de utilizar a tribuna e pedir o apoio dos srs. parlamentares, pois nunca é demais falar sobre esse assunto e pedir a ajuda de todos.

A Furb Federal - uma campanha, uma luta, que já existe há muito tempo, que vem criando corpo, raiz e, acima de tudo, que vem mostrando à comunidade a importância de se ter uma universidade federal. Inclusive, a única região do estado onde não existe uma universidade com manutenção através de recursos federais é o vale do Itajaí.

Deputado Reno Caramori, se formos para Joinville, veremos que lá existe um campus da UFSC; se formos para o oeste, veremos que está sendo criada uma universidade. E a região do vale precisa de uma universidade como a Furb, pública, com ensino de qualidade, com pesquisa, extensão, em todos os níveis, uma universidade que possa prestar um trabalho ainda mais significativo para toda a comunidade do vale do Itajaí.

Faço questão de tocar no assunto Furb Federal, universidade pública de ensino gratuito, com qualidade para seus alunos, porque isso é muito mais do que apenas atender ao aluno em sala de aula; isso é garantir um crescimento econômico ainda mais forte para o vale do Itajaí, é garantir que tenhamos investimentos na pesquisa, investimentos na extensão, investimentos que vão até a iniciativa privada, gerando aí, sim, também, mais oportunidades de renda para o

trabalhador.

Srs. deputados, não adianta apenas uma universidade ficar incubada no seu campus. Ela tem também que ser estendida à sociedade, tem que crescer e tem que desenvolver a comunidade como um todo. E o projeto da Furb Federal dará essa oportunidade.

Para v.exas. terem uma idéia, isso daria uma injeção mensal de cerca de R\$ 10 milhões do governo federal no vale do Itajaí, através do projeto da Furb Federal. Seriam cerca de R\$ 120 milhões por ano para atender uma média de 15 mil alunos. Isso daria efetivamente não apenas uma injeção de recursos, mas também daria uma injeção de tecnologia, de muito ânimo, para que aquela região possa continuar crescendo, desenvolvendo-se e sendo destaque nacional.

Hoje, Blumenau tem mais empresas de informática do que padarias, tem mais vocação na área tecnológica do que qualquer outra região de Santa Catarina. E o vale do Itajaí tem essa oportunidade com *campi* fortes, com pólos de desenvolvimento como Blumenau, Rio do Sul, Itajaí, Ibirama e outras cidades do vale que realmente têm essa condição de eixo propulsor do desenvolvimento catarinense.

Por isso, a Furb Federal é uma bandeira muito importante não apenas para uma cidade, não apenas para uma região, mas para o estado de Santa Catarina, eis que entendemos que lá vamos poder gerar mais oportunidades a todos os catarinenses.

Outra bandeira importante que não apenas a Furb Federal, mas que tem que ser considerada em igual prioridade, é a duplicação da BR-470. Inclusive, estivemos ontem participando, em Ibirama, de uma reunião com o governador Luiz Henrique, com os prefeitos da região do alto vale. E em Ibirama, com o prefeito Duílio Gehrke, verificamos a angústia dos moradores daquela cidade, da rua Blumenau, deputado Reno Caramori, que pedem urgentemente a pavimentação daquela via. É uma rua que não foi projetada, que não tem infraestrutura nenhuma. É uma rua que foi simplesmente aberta, como eram abertas as ruas antigamente, na picada do boi. Simplesmente foi feita uma rua sem infraestrutura nenhuma. E a rua Blumenau tem uma importância muito forte não apenas para Ibirama, mas para todo o vale, porque ali podem transitar as carretas, quando acontece algum problema como o que está acontecendo na ponte.

Os moradores estavam lá, o governador Luiz Henrique estava lá, em Ibirama, participando da reunião, na Câmara de Vereadores, e assumiu o compromisso, primeiro, de ir até Brasília e pedir a atenção do ministro dos Transportes, no sentido de buscar recursos do governo federal para a pavimentação daquela via. E, segundo, comprometeu-se que, se o governo federal entrar com uma parte dos recursos necessários para a pavimentação daquela via, o governo do estado entrará com a outra parte necessária. Ou seja, faria a união de esforços para poder atender aquela comunidade da rua Blumenau, de Ibirama e do vale do Itajaí. Realmente, aquela é uma rua extremamente importante.

Por isso, quero utilizar a tribuna para parabenizar o governador pela ação empreendida e justamente por agendar também em Brasília uma reunião, se eu não me engano, para o próximo dia 24, quando deverão estar os prefeitos daquela região do vale norte, do alto vale e também do médio vale, levando a sua reivindicação ao ministro e pedindo agilidade na recuperação da ponte.

A empresa para fazer a recuperação da ponte da BR-470, no município de Ibirama, já foi contratada. Agora, essa empresa tem que ter agilidade, porque a cada dia que passa a angústia é maior.

Para os srs. parlamentares terem uma idéia, hoje o agricultor paga o sacco de adubo mais caro por causa do frete. O deputado Reno Caramori conhece bem isso e sabe a distância que as carretas têm que percorrer, a volta que elas têm que dar e mais para que o produto possa chegar ao produtor, ao colono, e ele possa utilizar na sua produção rural.

Então, tudo isso acaba atingindo diretamente o cidadão mais humilde, porque não somos nós, não é o prefeito, o governador ou o deputado que sofrem com a ponte interditada, ou pelo menos meio interditada, porque não passam apenas as carretas e os caminhões, os automóveis passam em meia pista, não somos nós que sofremos diretamente com essa interdição da ponte. Quem sofre é o pequeno empresário lá de Ibirama, que precisa ter a sua mercadoria entregue e que acaba tendo que pagar um frete mais caro, porque o caminhão tem que dar uma volta maior; quem sofre é o agricultor, que tem a dificuldade naquele produto que tem que ser entregue para ele poder justamente atender à sua produção rural. São as pessoas da comunidade, as pessoas mais simples, mais humildes, é que sofrem com a demora do conserto da ponte da BR-470.

Por isso, quero aqui pedir, independentemente questão partidária, neste momento, agilidade. E a agilidade do ministério realmente está acontecendo. Agora, é importante que a empresa que vai executar a obra seja fiscalizada e que todos nós possamos exigir dessa empresa a maior agilidade possível, porque eu tenho certeza de que na hora de receber o dinheiro ela vai pedir para receber o dinheiro ligeiro.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, caros colegas, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesco Digital.

(Passa a ler.)

"Como fazemos todos nós aqui, parlamentares, quando chega quinta-feira ou sexta-feira - na maioria dos fins de semana -, pegamos as estradas do nosso estado para ficarmos em contato com os nossos eleitores e com as nossas bases.

Nesse fim de semana tive a oportunidade de participar de um grande evento no sul de Santa Catarina, uma reunião de todos os municípios da região sul. E sei que o meu fim de semana não foi diferente de tantos outros políticos, mas nós, do PMDB, estivemos reunidos para um evento do nosso partido, no município de Içara.

Hoje, aqui, especialmente, vou destacar três eventos. No sábado o evento realizado pelo PMDB, em Içara, reuniu, para nossa alegria e para termos a consciência de que o nosso PMDB é um partido forte, mais de três mil companheiras e companheiros lá na Vila Nova. E foi uma festa do povo do sul, sim, para o governador Luiz Henrique da Silveira, que derrotou pela quinta vez o seu adversário político. Foi um ato, sr. presidente, para exorcizar - para sempre - a política do ódio.

Lideranças locais, estaduais e federais do PMDB pediram aos nossos militantes mais união, mais mobilização, mais

garra e força, para dar continuidade às ações do governo Luiz Henrique da Silveira. Até quero aproveitar para agradecer pela presença dos prefeitos Evandro João dos Santos, Nando, de Paulo Lopes; Luiz Carlos Luiz, de Garopaba; Hélio Bunn, de Lauro Müller; Inimar Felisbino Duarte, de Jaguaruna; Antônio Felipe Sobrinho, Tonho, de Pedras Grandes; Valdir Dacorégio, de Grão Pará; Ronaldo Carlessi, de Turvo; e ao Gentil da Luz, que foi o anfitrião perfeito da festa. Agradeço também pela presença de diversos outros prefeitos da região sul, que levaram suas caravanas para exteriorizar a sua alegria e o seu contentamento. Toda a comunidade peemedebista do sul demonstrou carinho, força, garra e dedicação ao seu principal líder, com faixas, com *burners* espalhadas, lotando o salão onde aconteceu o evento.

O deputado Manoel Mota, o deputado Renato Hinnig e eu estivemos lá, testemunhando a força que o PMDB tem no sul do estado. E ontem a comunidade do sul também mostrou o seu poder de mobilização em duas audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa, uma em Pescaria Brava, município de Laguna, e em Balneário Rincão, município de Içara. E o assunto, caros telespectadores e companheiros, era saber onde está o nó que atrapalha a emancipação dos dois distritos.

Nos dois casos a lei estadual de emancipação está assinada desde 2003 pelo governador Luiz Henrique da Silveira, atendendo a vontade do povo que decidiu pela independência em plebiscitos, e em um ganhou com 52% e em outro com 53%.

A comunidade de Pescaria Brava, um dos mais antigos povoados do litoral sul, que hoje ainda é distrito de Laguna, se mobilizou, lotou o salão da igreja e cobrou o cumprimento da lei.

A Pescaria Brava tem uma economia completamente diferente de Laguna, que é mais voltada para o turismo. Ela tem como base o agronegócio e a pesca, sem esquecer as mais de dez indústrias de farinha, das empresas de flocões e de móveis, que representam a diversidade econômica do lugar.

Em Balneário Rincão não foi diferente. A comunidade lotou o salão da igreja Nossa Senhora dos Navegantes para pedir a interferência de nós, deputados estaduais, para agilizar esse processo de emancipação que está amarrado no Supremo.

O problema explicado nas duas audiências públicas está em uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade -, que impede que esses distritos catarinenses cresçam e caminhem com as suas próprias pernas.

Como eu disse lá nas duas comunidades, não adianta discutirmos mais nada no estado de Santa Catarina, pois o que tinha que ser feito o povo fez, que foi o plebiscito. O governador sancionou, a Assembleia Legislativa aprovou e hoje está em Brasília.

Se o nó é essa Adin, essa foi a proposta desta deputada, vamos até lá, deputados do sul, independentemente partido; vamos até o Supremo Tribunal Federal em Brasília com mais uma comissão local de cada comunidade e vereadores.

Fiquei muito satisfeita também de ver que a proposta que apresentei foi aprovada e encaminhada para a comissão de Constituição e Justiça como resultado concreto, porque a audiência pública tem que ter esse resultado.

Conforme sugeri, nós, deputados, vamos formar uma comitiva com vereadores dos municípios sede, com representantes das comissões de emancipação e também da comunidade, para irmos juntos, em bloco, até

Brasília pedir o apoio da bancada federal, falar com o ministro relator e com a Procuradoria-Geral da República, para pedir que essa Adin seja de uma vez por todas julgada, para finalmente dar independência à Pescaria Brava e ao Balneário Rincão.

E essas audiências na capital federal têm que ser marcadas o mais rápido possível, deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, para que os anseios da comunidade possam ser atendidos o quanto antes e para quem sabe podermos realizar eleições este ano.

Como eu disse no início, essas audiências públicas e o evento de Içara mostraram o poder de mobilização e a força do sul e do nosso partido. Só quem estava lá, quem presenciou como as taquígrafas, a TVAL, que deve reprisar isso a qualquer momento, é que sabe, pois viu com seus olhos, a beleza desses eventos.

Quero parabenizar todo o querido sul aguerrido do estado, que já tem na sua história o trajeto de gente de garra, de força e de luta, como também todas as mulheres que lá compareceram maciçamente, colocando-me mais uma vez parceira nessa luta, que é a luta do nosso partido, e parceira, de igual forma, com o distrito de Pescaria Brava e Balneário Rincão."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que conduz esta sessão ordinária, sra. deputada Ada De Luca, público catarinense que nos acompanha, assomo à tribuna, mais uma vez, na tarde de hoje, para trazer um assunto de extrema importância. Inclusive eu já fiz menção, através do microfone de aparte, a esse tema e a esse problema que vem acompanhando não só o estado de Santa Catarina, como também o nosso país, pois é um assunto gravíssimo. E eu acredito que esse problema que estamos vivenciando não é só de segurança, mas de saúde pública também.

Hoje, no país, o *crack*, essa droga que compromete psicologicamente as pessoas e a estrutura física, é considerada o câncer de todas as drogas. Ela pode viciar já no primeiro contato. Ela também não tem idade, não tem sexo, não tem classe social. E milhares de pessoas são vítimas dessa droga que requer um posicionamento firme da sociedade e deste Parlamento. Somente através de uma grande mobilização, deputado, poderemos reverter a situação que estamos vivendo hoje no estado de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputada Ana Paula Lima, porque isso não é uma luta só do povo brasileiro e dos catarinenses, eu acho que é uma luta mundial.

Eu gostaria de parabenizá-la por este pronunciamento, já que vai nos deixar por 60 dias.

Mas, deputada, essa não é somente uma preocupação nossa, como parlamentares, pois entendo que deve ser uma preocupação de toda a comunidade, de todas as mães, avós e de todos os meios de comunicação. E quanto a isso, quero parabenizar também a RBS pela campanha maravilhosa que colocou no ar. Parabéns mesmo à RBS, porque a propaganda tem que ser daquele tipo. Ela choca, mas às vezes temos que chocar, sim, porque do contrário as pessoas não assimilam.

Parabéns, mais uma vez, a v.exa., deputada Ana Paula Lima, que é uma deputada que está sempre em luta das causas do povo, da nossa gente.

Muito obrigada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputada Ada De Luca.

Então, conto com o seu apoio e com o apoio dos demais parlamentares para debatermos esse tema que está chocando a sociedade catarinense, o nosso país e o nosso planeta.

Mas é importante o comprometimento também das autoridades, tanto do Legislativo quanto do Executivo e dos setores organizados da nossa sociedade civil, para que tenhamos uma ação rápida no combate e na prevenção, além do fortalecimento das políticas públicas de acompanhamento às pessoas que precisam de tratamento. Ai está a nossa preocupação.

Hoje, o estado de Santa Catarina - e o secretário da Segurança Pública fala isso com muita propriedade e insatisfação - já tem 12 mil presidiários. Eu fico chocada e triste com isso, pois é um número bastante elevado.

Eu verifiquei também que a maioria desses presidiários, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, é usuária, é dependente química. Elas não eram para estar lá. Seria muito importante, então, que existisse uma política de estado para que essas pessoas, ao invés de ficarem presas num presídio, pudessem fazer um tratamento. Eu acredito que a maioria que entrou no presídio foi por causa do consumo da droga, mas se ficar lá irá acabar saindo com doutorado para o tráfico. Por isso que nós trabalhamos no tratamento.

Eu entendo também, srs. deputados, que a informação sobre esse problema que atinge uma proporção muito grande em nosso país matando o sonho de famílias inteiras é um bem precioso.

Por isso quero aqui reconhecer o serviço que tem sido prestado pelo Grupo RBS, que teve a iniciativa de apresentar à sociedade a campanha Crack, Nem Pensar, pela sua importância. Essa campanha tem o apoio também do Parlamento catarinense.

Por essa razão eu estive presente, na semana passada, num painel na TVCOM, onde discutimos essa temática com vários especialistas e doutores nesse tema.

E peço agora à assessoria que

apresente um vídeo que a RBS TV fez e que está sendo veiculado nos meios de comunicação do nosso estado.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Senhoras e senhores, realmente são cenas chocantes, e é por isso que temos que voltar o nosso olhar, a nossa energia, a nossa preocupação a esses adolescentes. Não tem idade, mas vimos ali uma menina, uma adolescente grávida, que está trazendo outra criança para este mundo. E de que forma que vem para este mundo estragado, desestruturado? Por isso a nossa luta neste Parlamento para recuperar essa juventude, e que possamos fazer políticas públicas para os jovens catarinenses, para eles nunca experimentarem essa droga.

Essa não é apenas uma preocupação minha como mãe, como parlamentar, mas uma preocupação com a sociedade do futuro! Que mundo nós queremos para o futuro?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ana Paula Lima, quero cumprimentá-la e registrar que efetivamente as políticas públicas hoje não conseguem dar respostas para esse flagelo social. E como temos amigos com filhos que usam vários tipos de drogas lícitas e ilícitas; de famílias estruturadas ou não estruturadas, efetivamente temos que ter respostas a tudo isso.

Quero fazer esta manifestação porque a preocupação de v.exa. realmente tem sentido, porque agora a droga está atingindo as meninas, as mulheres. Na Inglaterra, as adolescentes meninas são hoje, segundo pesquisas feitas, as maiores consumidoras de álcool. Então, as meninas e os meninos estão consumindo. O que está acontecendo neste mundo que faz tanta gente entrar no mundo da droga?

Por isso temos que parabenizar os meios de comunicação que trazem esse debate à tona. A Assembleia Legislativa teria que discutir e nós, da comissão de Educação, vamos propor este ano o tema da violência e da droga nas escolas.

Quero aqui parabenizá-la e desejar muita saúde nesses 60 dias que deixará o plenário, a Assembleia, para atuar de outra forma como mulher guerreira e lutadora.

Parabéns pelo seu gesto, pela sua grandeza e pela generosidade em todas as suas lutas.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado Pedro Uczai. Quero dizer também que estaremos de licença durante 60 dias, mas trabalharemos com muito mais afinco, principalmente nessa temática que tem acometido vários jovens, vários meninos e meninas, homens e mulheres do estado de Santa Catarina.

Mas nestes 30 segundos que me restam, eu gostaria também de agradecer e dar os parabéns ao Grupo RBS que está tratando desse tema, propiciando à nossa sociedade, às nossas famílias discutir em casa a problemática que a droga traz se for usada pela primeira vez ou subsequentemente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai, por um minuto, tendo em vista que v.exa. estava inscrito.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Regimentalmente, não cabe mais a este deputado fazer uso da palavra.

Hoje eu ia fazer uma reflexão e uma crítica ao presidente do Supremo Tribunal Federal que esteve em Santa Catarina ontem. Mas eu quero fazer um registro aqui e agradecer a presença, e certamente em seu nome, em nome da deputada Ana Paula Lima, da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos queridos prefeitos Ademir Zimmermann, de Guaraciaba, e Antoninho, de Anchieta, que estão na capital do estado buscando reivindicar os seus direitos e projetos para os seus municípios.

Sejam bem-vindos à Casa do Povo catarinense.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos a este Parlamento, companheiros.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão e convocamos outra, especial, para hoje, às 19h30, em comemoração aos 30 anos da RBS.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 019-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença a Senhora Deputada Ana Paula Lima, a partir do dia 10 de junho do corrente ano, por um período de sessenta dias, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 021-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Pe. Pedro Baldissera, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de junho do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 029-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Ângela Albino, 1º Suplente da Coligação Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença da Senhora Deputada Ana Paula Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopesla - 1º Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 030-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão João Girardi, 2º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, enquanto durar o afastamento do titular, Deputado Pe. Pedro Baldissera, em licença para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009
Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Ada Faraco de Luca - 4º Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 031-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão José Paulo Serafim, 3º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Pe. Pedro Baldissera.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Ada de Luca - 4º Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO 064/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 014/2009, referente Pregão Presencial CL nº 015/2009.

OBJETO: Aquisição de material hidráulico, elétrico, ferragens, pintura e de reposição em geral para manutenção das

LOTE 04

Item.	Qtd.	Un.	Material	Marca	Unitario
1	50	GALÃO	Tinta Super Lavável Cor Verde Cod. 6216 Galão com 3,6 L.	Killing	R\$ 44,25
2	50	UN.	Cabo Para Rolo De Pintura 25 Cm	Tigre	R\$ 3,08
3	20	UN.	Bandeja P/ Pintura De Plástico (P/ Rolo Grande)	Condor	R\$ 3,23
4	50	GALÃO	Massa Corrida 3,6 L	Killing	R\$ 11,72
5	50	GALÃO	Galão 3,6 Tinta Esmalte Sintetico Acetinado V- 104 Base B	Killing	R\$ 38,84
6	50	GALÃO	Tinta De Demarcação Para Piso Galão 3,6 L Cor Amarelo	Killing	R\$ 30,56
7	50	GALÃO	Tinta De Demarcação Para Piso Galão 3,6 L Cor Preta	Killing	R\$ 30,41
8	50	GALÃO	Selador Para Acabamento Galão 3,6	Killing	R\$ 23,99
9	100	GALÃO	Tinta Esmalte Acetinado A Base D Água Galão De 3,6	Killing	R\$ 38,84
10	50	LATA	Tinta Acrilica Fosca Cod. X - 060 Lata 18 Litros	Killing	R\$ 107,83
11	50	LATA	Tinta Acrilica Fosca Branco Neve Lata De 18 Litros	Killing	R\$ 107,83
12	50	LATA	Tinta Acrilica Fosca Na Cor Marfim, Lata Com 18 Litros	Killing	R\$ 107,83
13	50	LATA	Textura Acrilica Na Cor Branco Fosco, Lata Com 18 Litros	Killing	R\$ 88,20
14	50	LATA	Solvente Lata De 1 Litro	Killing	R\$ 5,77
15	50	UN	Pincel Para Pintura De 1	Condor	R\$ 0,74
16	50	UN	Pincel Para Pintura De 1/2" (Polegada)	Condor	R\$ 0,55
17	50	UN	Pincel Para Pintura De 2	Condor	R\$ 1,46
18	50	UN	Pincel Para Pintura De 4" (Polegada)	Condor	R\$ 4,10
19	50	UN	Pincel Para Pintura De 3"	Condor	R\$ 2,81
20	50	UN	Rolo De Esponja P/ Pintura Med. 23 Cm Para Textura	Condor	R\$ 4,69
21	50	UN	Rolo De Lã P/ Pintura Med. 23 Cm	Condor	R\$ 6,66
22	50	UN	Rolo De Lã P/ Pintura Med. 15 Cm	Condor	R\$ 4,18
23	50	UN	Rolo De Espuma P/ Pintura 9 Cm	Condor	R\$ 1,49

1ª REGISTRADA: ESTRUTURAL ASSESSORIA COMERCIAL LTDA

Endereço: Av Maringá, nº 2.778, Pinhais/PR

CEP 83325-360

Fone/fax (41) 3368-4330

E-mail estrutural.com@terra.com.br

CNPJ/MF: 82.049.438/0001-29

2ª REGISTRADA: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

3ª REGISTRADA: WELLITON E ANDREIA COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA

Florianópolis, 29 de maio de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 065/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 017/2009-01, celebrado em 01/06/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.

OBJETO: Execução de reforma para reambientação e readequação dos espaços físicos da biblioteca e do restaurante reservado aos deputados, incluindo o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado split, fornecimento e instalação de elevador, compreendendo materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, de acordo com as demais especificações constantes do Edital de Pregão Presencial CL nº 017/2009.

VALOR: R\$ 673.684,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 017/2009; e Autorização para o Processo Licitatório n.º 0020/2008.

Florianópolis, 01 de junho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

Lourival Dutra - Procurador da GPL

*** X X X ***

dependências da ALESC

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 29 de maio de 2010.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º 10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto n.ºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 015/2009.

LEIS

LEI Nº 14.713, de 10 de junho de 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 150, de 21 de maio de 2009, e eu, **Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de US\$ 35.340.000,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para implementação do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos neste artigo, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários

ao atendimento da parte não financiada do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, e os créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do § 4º do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PRAPEM/MICROBACIAS 3-SC

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	25.075.361	-	389.295	389.295
2010	27.713.785	-	949.316	949.316
2011	29.800.434	-	1.555.387	1.555.387
2012	-	-	1.709.604	1.709.604
2013	-	-	1.709.604	1.709.604
2014	-	-	1.709.604	1.709.604
2015	-	-	1.709.604	1.709.604
2016	-	-	1.709.604	1.709.604
2017	-	-	1.709.604	1.709.604
2018	-	-	1.709.604	1.709.604
2019	-	5.505.972	1.681.111	7.187.083
2020	-	5.505.972	1.567.137	7.073.109
2021	-	5.505.972	1.453.164	6.959.136
2022	-	5.505.972	1.339.190	6.845.162
2023	-	5.505.972	1.225.216	6.731.188
2024	-	5.505.972	1.111.243	6.617.215
2025	-	5.505.972	997.269	6.503.241
2026	-	5.505.972	883.296	6.389.268
2027	-	5.505.972	769.322	6.275.294
2028	-	5.505.972	655.348	6.161.320
2029	-	5.505.972	541.375	6.047.347
2030	-	5.505.972	427.401	5.933.373
2031	-	5.505.972	313.427	5.819.399
2032	-	5.505.972	199.454	5.705.426
2033	-	5.505.972	85.480	5.591.452
TOTAL	82.589.580	82.589.580	28.110.662	110.700.242

*** X X X ***

LEI Nº 14.714, de 10 de junho de 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar, junto ao *MLW - Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, operação de crédito externo, no montante de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 152, de 21 de maio de 2009, e eu, **Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de empréstimo junto ao *MLW - Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa de que trata esta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO

MLW - PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS UNIDADES HOSPITALARES DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PROSAÚDE

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	56.918.000	5.691.800	4.268.850	9.960.650
2010	-	11.383.600	3.628.523	15.012.123
2011	-	11.383.600	2.774.753	14.158.353
2012	-	11.383.600	1.920.983	13.304.583
2013	-	11.383.600	1.067.213	12.450.813
2014	-	5.691.800	213.443	5.905.243
TOTAL	56.918.000	56.918.000	13.873.763	70.791.763

*** X X X ***

LEI Nº 14.715, de 10 de junho de 2009

Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União em operação de crédito externa para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN junto ao *Japan International Cooperation Agency - JICA*.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 153, de 21 de maio de 2009, e eu, **Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a constituir contragarantias à União, para obter garantias na operação de crédito externa a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e o *Japan International Cooperation Agency - JICA*, até o valor de US\$ 142.835.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil dólares) à taxa de juros, prazos, comissões e demais encargos vigente à época da contratação do referido empréstimo, que forem admitidos pelo Banco Central do Brasil para o registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições legais.

Parágrafo único. Os recursos da referida operação de crédito externa serão obrigatoriamente aplicados em projetos na área de esgotamento sanitário.

Art. 2º A referida operação de crédito será garantida pela União.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

§ 2º A contragarantia constituída nos termos desta Lei será dada em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura da referida operação, até o final da liquidação de todas as obrigações nela assumidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009
Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 14.716, de 10 de junho de 2009

Altera dispositivos da Lei nº 14.532, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Investimentos na Implantação e Pavimentação de Rodovias Estaduais e no Fortalecimento do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 154, de 21 de maio de 2009, e eu, **Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

Parágrafo único. A operação de empréstimo de que trata este artigo, ocorrerá em duas etapas:

I - o primeiro empréstimo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), será destinado ao financiamento do PROGRAMA RODOVIÁRIO DE SANTA CATARINA - ETAPA V; e

II - o segundo empréstimo, no valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), será destinado ao financiamento do PROGRAMA RODOVIÁRIO DE SANTA CATARINA - ETAPA VI." (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 14.532, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único....." (NR).....

Art. 3º O Anexo Único da Lei nº 14.532, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

(Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008)

OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BID

PROJEÇÃO DE VALORES PARA INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS ANUAIS
FINALIDADE: Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa V

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	14.170.400	-	146.664	146.664
2010	28.340.800	-	733.318	733.318
2011	28.340.800	-	1.319.973	1.319.973
2012	17.713.000	2.012.841	1.833.296	3.846.136
2013	-	4.025.682	1.770.797	5.796.479
2014	-	4.025.682	1.687.465	5.713.147
2015	-	4.025.682	1.604.134	5.629.815
2016	-	4.025.682	1.520.802	5.546.484
2017	-	4.025.682	1.437.470	5.463.152
2018	-	4.025.682	1.354.139	5.379.821
2019	-	4.025.682	1.270.807	5.296.489
2020	-	4.025.682	1.187.475	5.213.157
2021	-	4.025.682	1.104.144	5.129.826
2022	-	4.025.682	1.020.812	5.046.494
2023	-	4.025.682	937.481	4.963.162
2024	-	4.025.682	854.149	4.879.831
2025	-	4.025.682	770.817	4.796.499
2026	-	4.025.682	687.486	4.713.168
2027	-	4.025.682	604.154	4.629.836
2028	-	4.025.682	520.823	4.546.504
2029	-	4.025.682	437.491	4.463.173
2030	-	4.025.682	354.159	4.379.841
2031	-	4.025.682	270.828	4.296.510
2032	-	4.025.682	187.496	4.213.178
2033	-	4.025.682	104.165	4.129.846
2034	-	2.012.841	20.833	2.033.674
TOTAL	88.565.000	88.565.000	23.741.177	112.306.177

FINALIDADE: Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2011	116.850.000,00	-	2.531.750,01	2.531.750,01
2012	116.850.000,00	-	7.205.750,01	7.205.750,01
2013	116.850.000,00	-	11.879.750,01	11.879.750,01
2014	116.850.000,00	-	16.553.750,01	16.553.750,01
2015	116.850.000,00	-	21.227.750,01	21.227.750,01
2016	-	29.212.500,00	22.834.437,51	52.046.937,51
2017	-	29.212.500,00	21.665.937,51	50.878.437,51
2018	-	29.212.500,00	20.497.437,51	49.709.937,51
2019	-	29.212.500,00	19.328.937,51	48.541.437,51
2020	-	29.212.500,00	18.160.437,51	47.372.937,51
2021	-	29.212.500,00	16.991.937,51	46.204.437,51
2022	-	29.212.500,00	15.823.437,51	45.035.937,51
2023	-	29.212.500,00	14.654.937,51	43.867.437,51
2024	-	29.212.500,00	13.486.437,51	42.698.937,51
2025	-	29.212.500,00	12.317.937,51	41.530.437,51
2026	-	29.212.500,00	11.149.437,51	40.361.937,51
2027	-	29.212.500,00	9.980.937,51	39.193.437,51
2028	-	29.212.500,00	8.812.437,51	38.024.937,51
2029	-	29.212.500,00	7.643.937,51	36.856.437,51
2030	-	29.212.500,00	6.475.437,51	35.687.937,51
2031	-	29.212.500,00	5.306.937,51	34.519.437,51
2032	-	29.212.500,00	4.138.437,51	33.350.937,51
2033	-	29.212.500,00	2.969.937,51	32.182.437,51
2034	-	29.212.500,00	1.801.437,51	31.013.937,51
2035	-	29.212.500,00	632.937,51	29.845.437,51
TOTAL	584.250.000,00	584.250.000,00	294.072.500,22	878.322.500,22

" (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009
Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 990

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 0080.6/2009, de origem governamental, encaminhado pela Mensagem nº 908, de 19 de março de 2009, que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor da SC-Parcerias S/A".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparados no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 10 de junho de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 145/09

GRUPO DE VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ
Relatório de Atividades do Grupo de
Voluntárias do Hospital Municipal São José
Ano 2008

Estamos enviando relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Voluntária do Hospital Municipal de São José, no decorrer do ano de 2008.

Foram realizadas 7.479 visitas aos pacientes e seus acompanhantes. Estas visitas tem por objetivo, atender aos patients internados, busca sempre melhor qualidade, pois, nem sempre a equipe que acompanha o paciente tem tempo para conversar demoradamente com ele.

O Grupo que tem por objetivo atender aos pacientes internados, busca sempre melhorar o conforto destas pessoas, e por isso, doou 18 televisores para serem colocados nos quartos. Para o próximo ano a meta é colocar nos quartos que ainda faltam. Dando continuidade ao trabalho foram dados presentes nas datas comemorativas (Natal, Páscoa, etc) a todos os pacientes hospitalizados.

Segue relação das doações efetuadas pelo grupo, todos materias novos adquiridos com recursos próprios ou doações recebidas.

- produtos de higiene pessoas (desodorante, sabonete, pasta e creme dental, etc) 234 itens

-roupas íntimas 102 peças

- chinelos e meias 39 pares
- fraldas geriátricas 8 pacotes
- toalhas de banho 41 unidades
- pijamas e camisolas 108 peças
- agasalhos 15 peças
- bernudas 21 peças
- cestas básicas 5
- 01 cadeira de rodas
- 02 faixas abdominais
- 06 coletes ortopédicos
- 05 pares de muletas
- 01 colchão piramidal

Aproximadamente 200 pessoas receberam vale transporte, para deslocamento para casa quando de alta ou seus familiares.

Também foram beneficiados pacientes com doações de passagem de ônibus municipal e interestadual, remédios, alimentos especiais, lanches além de, 590 peças de roupas usadas.

O Grupo mantém em sua sala brechó de roupas usadas que são peças de roupas usadas.

O Grupo mantém em sua sala brechó de roupas usadas e vendidas aos funcionários carentes do hospital a preços irrisórios, cuja renda é revertida integralmente na compra de produtos aos pacientes.

Rosemeri da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 146/09

Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul
"BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"
Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2009.

À ALESC

Florianópolis - SANTA CATARINA

Prezados Senhores,

Assunto: **Encaminha relatório de Atividades do Exercício de 2008**

Em atendimento a legislação em vigor, com o objetivo da manutenção de utilidade pública estadual, encaminhamos pela presente nosso relatório circunstanciado do exercício de 2008, bem como os outros documentos previstos em lei, para apreciação, análise e deliberação.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhes nossa cordiais saudações.

Atenciosamente

Diether Werninghaus
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 147/09

SERTE

SOCIEDADE ESPÍRITA DA RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO
Ofício nº 236/2009 Florianópolis, 08 de junho de 2009

Excelentíssimo Senhor

Doutor Jorginho Mello

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310

Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, estamos encaminhando a Vossa Excelência o Relatório Anual de Atividades da nossa Entidade, exercício 2008.

Solicitamos que o mesmo seja encaminhado para a **Comissão De Trabalho, Administração e Serviço Público** para que possamos cumprir a exigência legal, para a renovação da manutenção do título de **Utilidade Pública Estadual**.

Na oportunidade aproveitamos para renovarmos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ROSÂNGELA MORAIS DA ROSA
Presidente da SERTE

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 148/09

ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL

Ofício nº 48/2009

Joinville 04 de junho de 2009

Coordenadoria de Documentação

Centro Memória

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - Sala 13

Florianópolis - Centro.

Ref.: Renovação da Utilidade Pública Estadual

Prezado (a) Senhor (a):

Eu, Dom Irineu Roque Scherer, presidente da ADIPROS -

Associação Diocesana de Promoção Social, inscrita no CNPJ nº 84.706.381/0001-19, vem respeitosamente solicitar a renovação da Certidão de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para dirimir qualquer dúvida que possa surgir ao analisar a documentação.

Atenciosamente,

Dom Irineu Roque Scherer
Presidente da ADIPROS

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 149/09

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ESCOLA "FLOR DA ESPERANÇA"

Presidente Getúlio, 03 de junho de 2009.

Of. nº 045/09

Ilmo Sr.

Jorginho dos Santos Mello

DD Presidente da Assembléia Legislativa

Prezado Senhor

Estamos encaminhando em anexo a relação de documentos para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art.1º, **LEI ESTADUAL N.14.182/2007** que mantém o status de Utilidade Pública Estadual.

Seguem os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades;
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto;
- Balancete contábil

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ivo Poffo
Presidente - APAE - PG

Lido no Expediente
Sessão de 09/06/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 150/09

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA

1ª VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ

Ofício n. 1076/09 Chapecó - SC, 28 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde

Rua Jorge Luz Fontes, 310

FLORIANÓPOLIS

88020-900

Referência:

AT 00866-2005-009-12-00-5

Autor: Ivone Maria Tilmann

Réu: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina -CIDASC

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência cópia da sentença de fls. 363/374 e do acórdão de fls. 408/413, extraída dos autos em epigrafe, para adoção das providências que entender cabíveis.

Atenciosamente,

DR. RODRIGO GOLDSCHIMIDT
JUIZ DO TRABALHO

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 151/09

3º VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE - SC

Ofício nº 2328/09 Joinville, 24 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

88020-900

Processo nº RT 01509-2008-028-12-00-5

Reclamante: MAURÍCIO RICARDO HANSEN

Reclamada: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ nº 08.336.783/0001-90

Avenida Itamarati, 160 - Iacorubi

Florianópolis SC

Excelentíssimo Senhor Presidente

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência cópia extraída da ação trabalhista acima especificada, contestação, r. Sentença de

1º grau, recurso ordinário e v. Acórdão para conhecimento, providências disciplinares, civis e penais cabíveis. Atenciosamente,

FELIPE ARTHUR WINTER
JUIZ DO TRABALHO

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

*** X X X ***

PROJETOS DE CONVERSÃO EM LEI

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 150, DE 21 DE MAIO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de US\$ 35.340.000,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para implementação do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Medida Provisória

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PRAPEM/MICROBACIAS 3-SC

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	25.075.361	-	389.295	389.295
2010	27.713.785	-	949.316	949.316
2011	29.800.434	-	1.555.387	1.555.387
2012	-	-	1.709.604	1.709.604
2013	-	-	1.709.604	1.709.604
2014	-	-	1.709.604	1.709.604
2015	-	-	1.709.604	1.709.604
2016	-	-	1.709.604	1.709.604
2017	-	-	1.709.604	1.709.604
2018	-	-	1.709.604	1.709.604
2019	-	5.505.972	1.681.111	7.187.083
2020	-	5.505.972	1.567.137	7.073.109
2021	-	5.505.972	1.453.164	6.959.136
2022	-	5.505.972	1.339.190	6.845.162
2023	-	5.505.972	1.225.216	6.731.188
2024	-	5.505.972	1.111.243	6.617.215
2025	-	5.505.972	997.269	6.503.241
2026	-	5.505.972	883.296	6.389.268
2027	-	5.505.972	769.322	6.275.294
2028	-	5.505.972	655.348	6.161.320
2029	-	5.505.972	541.375	6.047.347
2030	-	5.505.972	427.401	5.933.373
2031	-	5.505.972	313.427	5.819.399
2032	-	5.505.972	199.454	5.705.426
2033	-	5.505.972	85.480	5.591.452
TOTAL	82.589.580	82.589.580	28.110.662	110.700.242

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA MPV/00152/2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar, junto ao MLW - *Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, operação de crédito externo, no montante de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de empréstimo junto ao MLW - *Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização

apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos neste artigo, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, e os créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do § 4º do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 10 de junho de 2009

MARCOS VIEIRA

Relator na Comissão de Finanças e Tributação

Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Medida Provisória apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa de que trata esta Medida Provisória.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Medida Provisória serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Ampliação e

Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de junho de 2009

Deputado José Natal Pereira

Relator

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO

MLW - PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS UNIDADES HOSPITALARES DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PROSAÚDE

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	56.918.000	5.691.800	4.268.850	9.960.650
2010	-	11.383.600	3.628.523	15.012.123
2011	-	11.383.600	2.774.753	14.158.353
2012	-	11.383.600	1.920.983	13.304.583
2013	-	11.383.600	1.067.213	12.450.813
2014	-	5.691.800	213.443	5.905.243
TOTAL	56.918.000	56.918.000	13.873.763	70.791.763

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 153, DE 21 DE MAIO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN junto ao *Japan International Cooperation Agency - JICA*.

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a constituir contragarantias à União, para obter garantias na operação de crédito externa a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e o *Japan International Cooperation Agency - JICA*, até o valor de US\$ 142.835.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil dólares) à taxa de juros, prazos, comissões e demais encargos vigente à época da contratação do referido empréstimo, que forem admitidos pelo Banco Central do Brasil para o registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições legais.

Parágrafo único. Os recursos da referida operação de crédito externa serão obrigatoriamente aplicados em projetos na área de esgotamento sanitário.

Art. 2º A referida operação de crédito será garantida pela União.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

§ 2º A contragarantia constituída nos termos desta Medida Provisória será dada em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura da referida operação, até o final da liquidação de todas as obrigações nela assumidas.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 10 de junho de 2009

MARCOS VIEIRA

Relator na Comissão de Finanças e Tributação

"ANEXO ÚNICO

(Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008)

OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BID

PROJEÇÃO DE VALORES PARA INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS ANUAIS

FINALIDADE: Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa V

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	14.170.400	-	146.664	146.664
2010	28.340.800	-	733.318	733.318
2011	28.340.800	-	1.319.973	1.319.973
2012	17.713.000	2.012.841	1.833.296	3.846.136
2013	-	4.025.682	1.770.797	5.796.479
2014	-	4.025.682	1.687.465	5.713.147
2015	-	4.025.682	1.604.134	5.629.815
2016	-	4.025.682	1.520.802	5.546.484
2017	-	4.025.682	1.437.470	5.463.152
2018	-	4.025.682	1.354.139	5.379.821
2019	-	4.025.682	1.270.807	5.296.489
2020	-	4.025.682	1.187.475	5.213.157
2021	-	4.025.682	1.104.144	5.129.826
2022	-	4.025.682	1.020.812	5.046.494

2023	-	4.025.682	937.481	4.963.162
2024	-	4.025.682	854.149	4.879.831
2025	-	4.025.682	770.817	4.796.499
2026	-	4.025.682	687.486	4.713.168
2027	-	4.025.682	604.154	4.629.836
2028	-	4.025.682	520.823	4.546.504
2029	-	4.025.682	437.491	4.463.173
2030	-	4.025.682	354.159	4.379.841
2031	-	4.025.682	270.828	4.296.510
2032	-	4.025.682	187.496	4.213.178
2033	-	4.025.682	104.165	4.129.846
2034	-	2.012.841	20.833	2.033.674
TOTAL	88.565.000	88.565.000	23.741.177	112.306.177

FINALIDADE: Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2011	116.850.000,00	-	2.531.750,01	2.531.750,01
2012	116.850.000,00	-	7.205.750,01	7.205.750,01
2013	116.850.000,00	-	11.879.750,01	11.879.750,01
2014	116.850.000,00	-	16.553.750,01	16.553.750,01
2015	116.850.000,00	-	21.227.750,01	21.227.750,01
2016	-	29.212.500,00	22.834.437,51	52.046.937,51
2017	-	29.212.500,00	21.665.937,51	50.878.437,51
2018	-	29.212.500,00	20.497.437,51	49.709.937,51
2019	-	29.212.500,00	19.328.937,51	48.541.437,51
2020	-	29.212.500,00	18.160.437,51	47.372.937,51
2021	-	29.212.500,00	16.991.937,51	46.204.437,51
2022	-	29.212.500,00	15.823.437,51	45.035.937,51
2023	-	29.212.500,00	14.654.937,51	43.867.437,51
2024	-	29.212.500,00	13.486.437,51	42.698.937,51
2025	-	29.212.500,00	12.317.937,51	41.530.437,51
2026	-	29.212.500,00	11.149.437,51	40.361.937,51
2027	-	29.212.500,00	9.980.937,51	39.193.437,51
2028	-	29.212.500,00	8.812.437,51	38.024.937,51
2029	-	29.212.500,00	7.643.937,51	36.856.437,51
2030	-	29.212.500,00	6.475.437,51	35.687.937,51
2031	-	29.212.500,00	5.306.937,51	34.519.437,51
2032	-	29.212.500,00	4.138.437,51	33.350.937,51
2033	-	29.212.500,00	2.969.937,51	32.182.437,51
2034	-	29.212.500,00	1.801.437,51	31.013.937,51
2035	-	29.212.500,00	632.937,51	29.845.437,51
TOTAL	584.250.000,00	584.250.000,00	294.072.500,22	878.322.500,22

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado
*** X X X ***

pública, capaz de substituir temporariamente os documentos, até que o cidadão possa renová-los. O prazo necessário e suficiente para solicitar e receber os documentos é de trinta dias.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 197/09

Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de 2ª via de documentos roubados ou furtados, quando expedidos por órgãos públicos do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina responsável pela liberação da cobrança da taxa de 2ª via, referente a documentos emitidos por órgãos públicos estaduais, quando envolverem qualquer tipo de roubo ou furto.

Parágrafo único. O direito à isenção referida no *caput* dar-se-á mediante apresentação da ocorrência policial.

Art. 2º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Quando um cidadão tem a infelicidade de ter seus documentos pessoais de natureza pública furtados ou roubados, tem que pagar altas taxas para fazer a 2ª via desses documentos.

É justa a isenção desses valores no caso de furto ou roubo, pois tal situação originou-se da ausência do poder de polícia do Estado.

Quem perdeu os documentos ou os deixou estragar, tem que pagar os valores cobrados, pois é dever de cada pessoa cuidar e zelar pelos documentos públicos, mas sendo esses documentos furtados ou roubados, deve o Estado isentar o cidadão do pagamento dos valores da 2ª via, pois o mesmo já está sofrendo com o ilícito penal sofrido, e a cobrança desses valores só torna a situação mais danosa.

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 196/09

Dispõe sobre a expedição de autorização válida como documento público para casos de roubos, furtos ou perdas destes.

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina responsável pela expedição de autorização válida como documento público, para aqueles que tiveram seus documentos furtados, roubados ou perdidos.

Parágrafo único. A autorização a que se refere o *caput* será válida por trinta dias.

Art. 2º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Quando um cidadão tem a infelicidade de ter seus documentos pessoais de natureza pública furtados, roubados ou perdidos, fica proibido de dirigir, realizar determinadas compras ou outras atividades, pois não possui documentos que o autorizem, como CPF, documento de identidade, carteira de motorista, documento do automóvel etc.

Um exemplo disso é ter o documento do veículo furtado, situação esta que impede de guiar seu carro até que receba a 2ª via do documento.

É justo o Poder Público fornecer um documento que tenha fé

Frisa-se que a isenção da 2ª via dos documentos expedidos pelos órgãos públicos estaduais deve ser concedida mediante apresentação da ocorrência policial justificada.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 198/09

Declara de utilidade pública a Associação Coral Luz Divina, com sede no município de Barra Velha.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Luz Divina, com sede no município de Barra Velha.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Coral Luz Divina, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Barra Velha, e é uma entidade de direito privado de fins filantrópicos e não lucrativos, que tem por finalidade a organização do coral, implantação da sede própria, realização de festivais e concursos de corais, execução de música erudita, popular, sacra e outras, participação em eventos e programações representando o município de Barra Velha, realização de concertos didáticos nas escolas municipais e estaduais, como também apresentação nos bairros, entre outras.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 199/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Forquilha - AAPIF.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Forquilha, com sede no Município de Forquilha.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação dos Aposentados e Pensionistas de Forquilha**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 200/09

“Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais - APADAVIX.”

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais - APADAVIX, com sede no município de Xanxerê.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais - APADAVIX de Xanxerê.

A APADAVIX tem como finalidade promover, organizar e integrar as pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva de ambos os sexos e de todas as idades, sem qualquer forma de distinção, dar subsídios aos deficientes da visão, promovendo a sua inclusão através de atividades profissionais, culturais, recreativas e previdenciárias, assim como conscientizá-los das suas possibilidades, limitações, direitos e deveres.

Através de seu objetivo se destacam características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 201.8/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências de bancos públicos e privados no Estado de Santa Catarina a oferecerem guarda-volumes aos clientes.

Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade de as agências de bancos públicos e privados no Estado de Santa Catarina oferecerem guarda-volumes aos clientes e visitantes.

Art. 2º Os equipamentos deverão de ser de utilização gratuita e seguros, para que possam acomodar bolsas, malas ou outros volumes antes de passar pelo detector de metais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de as agências de bancos públicos e privados no Estado de Santa Catarina oferecerem guarda-volumes aos clientes e visitantes.

É inegável a valia desses equipamentos para a segurança, não só de funcionários, como dos clientes. Entretanto, são frequentes os transtornos a pessoas portadoras de próteses ou outros aparelhos confeccionados com metal, que se sentem constrangidas diante do travamento das portas rotatórias.

Também é constrangedor as pessoas serem obrigadas a esvaziar bolsas, malas ou sacolas na frente dos demais clientes.

A iniciativa do projeto partiu dos próprios clientes, que buscam uma alternativa viável e segura para não intervir no objetivo de segurança dos detectores de metais, dando aos clientes a possibilidade de deixarem seus pertences seguros ao invés de ter de passar pelo constrangimento de ficar presos nas portas com detectores de metais.

Ao exposto, acrescento que toda a forma de contribuição, eficiente e eficaz, de interesse público é de suma importância e, para progredir, esta proposição necessita do apoio dos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 202.9/09

Autoriza a presença de profissionais da área de nutrição em creches e escolas de educação infantil no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a contratação de profissional da área de Nutrição em creches e escolas de educação infantil no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O profissional será responsável por:

I - Planejamento de cardápios;

II - Supervisão e treinamento do pessoal responsável pelo preparo dos alimentos;

III - Análise do valor nutritivo;

IV - Controle de qualidade dos alimentos;

V - Palestras para pais/responsáveis, professores e funcionários;

VI - Avaliação por parâmetro antropométrico de peso e altura das crianças;

VII - Anamnese; e

VIII - Educação nutricional com as crianças objetivando a formação de hábitos alimentares adequados e saudáveis.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como principal foco a segurança das crianças em creches e escolas infantis, que desempenham papel fundamental nas condições de saúde das crianças que as frequentam, uma vez que se pode associar à educação o cuidado básico com alimentação, saúde e higiene.

Estudos demonstram que há uma associação positiva entre a permanência das crianças em creches e seu estado nutricional, constando diminuição dos déficits de peso e estatura, principalmente entre as crianças com maior tempo de permanência.

O legislador deve estar sempre atento aos fatos sociais que possam ser prejudiciais à vida de sua comunidade. Alguns aspectos negativos em relação à saúde das crianças que frequentam creches, é que esses ambientes podem constituir-se em fator de risco tanto para episódios de doenças infecto-contagiosas, quanto para contrair doenças de maior gravidade que podem comprometer seu estado nutricional.

Através deste nosso projeto, teremos um instrumento de controle e de prevenção com medidas apropriadas de utilização de creches e escolas de educação infantil, garantindo o desenvolvimento e o crescimento saudável das crianças.

Por entender que estamos colaborando para elevar o nível de segurança e garantindo o crescimento e o desenvolvimento saudável das crianças do nosso Estado, solicito a aprovação deste projeto pelos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 203/09

Declara de utilidade pública a Associação Edson Filho (Centro de Educação Especial - Vida e Arte).

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Edson Filho (Centro de Educação Especial - Vida e Arte), com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Tomou a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação Edson Filho - (Centro de Educação Especial - Vida e Arte)**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0022.2/09

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 365, de 07 de dezembro de 2006 e a Lei nº 429 de 23 de dezembro de 2008, que regula a gratuidade de atos praticados pelas serventias extrajudiciais, e institui o Selo de Fiscalização e estabelece outras providências.

Art. 1º Acrescenta os arts. 1º - A e 1º - B à Lei Complementar nº 365, de 07 de dezembro de 2006 e a Lei Complementar nº 429 de 23 de dezembro de 2008 nos seguintes termos:

"Art. 1º - A. Todos os atos gratuitos estabelecidos na presente Lei Complementar serão ressarcidos na sua totalidade conforme determina a tabela de emolumentos.

Art. 1º - B. Os Juizes de Paz serão ressarcidos pelos atos praticados gratuitamente de acordo com a tabela vigente."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 10/06/09

JUSTIFICATIVA

Nada mais justo que os serviços gratuitos efetuados pelos Cartórios de Registro Civil, Títulos e Documentos, e ainda os Juizes de Paz sejam ressarcidos pelos seus serviços prestados, dentro da tabela de emolumentos elaborada pelo Tribunal de Justiça, uma vez que existem sobras de receitas para o devido ressarcimento na sua totalidade, conforme pode ser verificado no § 4º do Art. 1º da Lei Complementar 429, de 23 de dezembro de 2008, que passamos a descrever:

"§ 4º Se o líquido do arrecadado superar o total indenizável e a ajuda de custo prevista no art. 14 desta Lei, o superávit será utilizado para resgate de eventual déficit de meses anteriores, e o excedente poderá ser utilizado, a critério do órgão gestor, para as finalidades previstas no art. 2º da Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990, com a redação da Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004."

Neste afã, solicito a acolhida da presente proposição, como medida de justiça.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 004, de de junho de 2009

Cria a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Art. 2º A Semana de Educação para Cidadania passa a integrar o calendário oficial da Escola do Legislativo, com o objetivo de oportunizar a divulgação e compartilhamento das ações desenvolvidas no âmbito das atividades, instituídas por intermédio da Resolução nº 008, de 27 de outubro de 2005.

Art. 3º As atividades e eventos da Semana de Educação para Cidadania, serão planejadas, organizadas, coordenadas e divulgadas pela Escola do Legislativo.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de junho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***